

A

IFCS

Aos cuidados: Coordenadora do Laboratório de pesquisa em Filosofia Africana - Geru Maã no Ifcs/Ufrj. Douta professora, Katiúscia Ribeiro, professora, Mestre em Filosofia e Ensino pelo programa de Pós-graduação de Filosofia e Ensino – PPFEN – CEFET / RJ. Doutoranda em Filosofia no Programa de Pós Graduação de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/PPGF

A

Dra. Karine Lopes Narahara (Coordenadora do Núcleo de Estudos Ameríndios), do Laboratório Geru Maa de Filosofia Ameríndia, do IFCS/UFRJ. Pesquisadora associada do Projeto "Pedagogia e interculturalidade: Las relaciones entre kimeltuwvn zugu y otros procesos educativos en territorio mapuce", da Universidad Nacional del Comahue (Argentina). Doutora em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, Mestre em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, Graduada em Biologia pela UFRJ e Analista Ambiental do IBAMA

Aos

Membros do Laboratório Geru Maa, Núcleo de Estudos Ameríndios, Lucas MDK; Kandu Pury; Yuri; Janine Monteiro; Alex da Silva; Desirreé Rocha Lima; e Flavio Deus e Jaqueline Paris.

# A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CAMINHO DA ONÇA & RESISTÊNCIA AO ETNOCÍDIO DE ESTADO

REINALDO DE JESUS CUNHA  
reinaldopotiguara@gmail.com



A Educação Indígena no Caminho da Onça & Resistência ao Etnocídio de Estado, é resultado da militância no movimento indígena do Rio de Janeiro, fruto das visitas in loco das reuniões descentralizada nas Aldeias e redes sociais. Neste trabalho, busca-se um lugar de fala, interagindo com o sujeito que pratica a ação, que insere-se no seu tempo e época. É a fala do agora, já, porque nossas vidas importam.

## **A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CAMINHO DA ONÇA & RESISTÊNCIA AO ETNOCÍDIO DE ESTADO**

**REINALDO DE JESUS CUNHA**  
**reinaldopotiguara@gmail.com**

**RESUMO:** O presente artigo tem o objetivo, de traçar um panorama da Educação Indígena no Estado do Rio de Janeiro, a partir da Resistência ao Etnocídio de Estado, perpetuados ao longo dos anos aos povos originários, que vivem em aldeamentos no Rio, em particular, aos povos Guaranis que vivem nos Aldeamentos em Angra dos Reis, Parati e Marica, Aldeias: Mata Verde BONITA- MARICÁ/Tekoa Ka' AguyOvy Porã; Ka'aguyHovy Porã; São José do Imbassá/Ká aguy Hovy Porã; Guarani Mbya, Araponga/Tekoá Guyraitapu Pygua; Guarani Nhandeva, Rio Pequeno; Guarani Mbya Tekoaltaxi Mirim; e Aldeia Pataxó, KãñãPataxiÛi Tanara. No Contexto Urbano, Faremos um breve balanço da Ocupação da Aldeia Maracanã, cujo o objetivo é a transformação do Antigo Museu do Índio em Universidade Indígena e/ou Centro de Convivência dos Povos Ameríndios e por último: a Aldeia Vertical localizado no Conjunto Zequeti na Praça Onze, oriunda de acordo com o Governo, após serem expulsos da Aldeia Maracanã. Através dos relatos das reuniões e demandas apresentadas nas reuniões Ordinárias e Extraordinárias do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado Rio) no contexto Urbano, como in loco nas Aldeias, Buscaremos no presente trabalho, sintetizar os principais demandas para o perfeito funcionamento das escolas, como: A falta de professores indignas e/ou concursados para as escolas em Contexto de Aldeamentos;; Falta de material didático e pedagógicos; Eleição para Diretores de Escolas; Reformas dos Equipamentos de Escolas e Salas de Extensão; Disponibilidade de internet para Escolas e Salas de Extensão, Cursos de qualificação profissional para alunos preparando para o mercado de trabalho, priorizando a vocação das aldeias para o artesanato.dentre outros. Como sabemos a tradição e passagem do conhecimento aos povos originários materializa-se pela oralidade. Ontem como hoje, a cultura do saber cosmológico, esta alicerçado pelo conhecimento adquirido pelo

pajés, anciões e griôs, que são passados de pai para filho neto, bisneto, tataraneto as futuras gerações, impactando o modelo ocidental de mundo, que considera a escrita a única forma de conhecimento possível.

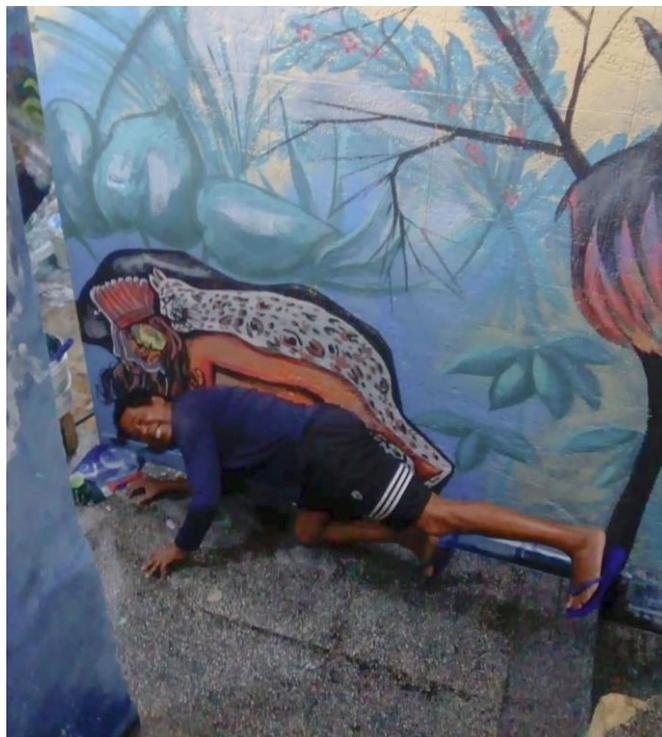


Foto 1 - Reinaldo no caminho da Onça.

Embora hoje no contexto contemporâneo passado esses 521 anos, a academia desconsidera esse saber ancestral com algumas exceções. No presente, isso vem mudando, pois diversas lideranças indígenas têm “escrito na casca da árvore” para Juruá (branco), como é o caso de Davi Copenawa e Bruce Albert “Em a Queda do Céu”. O livro escrito a mando do Xapiri encantado da floresta, disse para os mortais: “Que as nuvens de metal, a poluição e desmatamento, vai fazer o céu cair nas nossas cabeças”. Hoje com a política de quotas ações afirmativas nas universidades, encontramos jovens estudantes, negros e indígenas fazendo a diferença na sociedade branca. O que é bom para a sociedade brasileira, diversificada na sua cor, credo, etnia, pois tem possibilitado a ascensão de negros e ou indígenas com grau de Mestres, Doutores, Pós-Doutores e até PhDs. Ainda minoria em cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, devido a exigência de conhecimento do inglês e espanhol. Alguma instituição universitária públicas tem feito esforços para o reconhecimento do idioma bilíngüe, o português que falamos e/ou língua falante dos afro-ameríndios.

A Casa de Reza, a Opy são o núcleo da educação e aprendizado do “ser” em que o coletivo decide as ações pelo consenso com o grupo. E os xeromoi, os mais velhos são as inspirações para as novas gerações. E com isso as crianças aprendem com convívio com os mais velhos, tios sobrinhos, irmãos, parentes e avós. O DNA Guarani esta em constante busca pela terra sem males, E para Alcançar os Objetivos pretendidos deste trabalho: Usamos como fonte de pesquisa: O Relatório o Dossiê: A Educação Escolar Indígena do Conselho Estadual Indígena do Estado do Rio de Janeiro, Atas e informes das reuniões do CEDIND/ Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro, que é resultados de reuniões descentralizadas no Contexto Urbano e de Aldeamentos; Livros Bibliográficos; monografias; Vídeos do Youtube- asfunrioaula ; entrevistas e reuniões filmadas inloco; Artigos em Site; blogs; e/ou redes sócias sobre temática indígena.

**Palavras-Chave:** Educação Indígena; Caminho da Onça, Etnocídio e marcação.



Foto 2 – Desenho Baiano/Maré.

**AGRADECIMENTOS:** A 1ª CASDH – Ao Coordenar Volnei Alexandre da Fonseca, Equipe Técnica: Rodrigo Machado da Costa, Maria Patrícia do Nascimento, Valeria dos Santos, Wagner Roberto Batista Viviane dos Santos de Oliveira, Maria da Conceição do Rosário Costa, Brian Kingler, pelo apoio operacional, autorizando a participação das reuniões, como à disponibilidade de tempo na produção desse artigo/relatório. Aos professores e alunos da COPPE/UFRJ, do programa de pós Graduação MBE, ambiental, pela excelência de ensino aprendido. Aos professores do Curso de Pós Graduação Ciências Sociais e Religião da FEUDUC- Fundação Educacional de Duque de Caxias, Mestres: Claudia Torres, Obertal Ribeiro, Milton Trajano, Marcus Vinicius e Roberto Ponciano, Raphael C. de Oliveira e Antônio Augusto Braz, pelo incentivo a pesquisa e aulas ministradas no Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais e Religião. Aos professores da Pós Graduação em Direito Ambiental da FEUDUC, pelo aprimoramento do saber ambiental. Aos Mestres, Doutores e professores da AVM, do Curso de Pós Graduação de Docência de Ensino Superior e Comunicação Empresarial ao qual participei como aluno. Aos Conselheiros Aldeados e Não Aldeados e do Contexto Urbano da Cidade Estado do Rio de Janeiro; Parceiros e Convidados que compõe o CEDIND; (MP) Ministério Público Estadual RJ; (MPF) Ministério Público Federal e (DPE) Defensoria Pública do Estado do RJ; UNIRIO; UFRJ; IFCS; UERJ; As comunidades Guarani: TEKOA: Parati Mirim Pedro Benites (Aldeia Itaxim/Paraty Mirim), Elio Karai Tupã Mirim Kae; ; Itaxi Mirim; Araponga; Maricá Cacique Félix (Aldeia Céu Azul-Ara Hovy), Vilmar Vilarvis; Rio Pequeno; Aldeia Pataxó (Paraty); A Márcia Wayna Kambeb; Eliane Potiguara e Sergio Ricardo Verde (GRUMIM), Carlos Tukano e Nino Vera, pelo apoio nas reuniões do CEDIND, em reuniões descentralizadas nas Aldeias. Pelo Apoio Logístico e Operacional do CEDIND, Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, que nos possibilitou com o transporte, o deslocamento para estar in loco nas Aldeias. A Comissão de Educação Cultura do CEDIND, professores: Marize Viera Guarani, Marluce Braz, Diana Anastácia, Taisa Diniz, Toni Lotar, Leon Araújo, Nicolas Alexandria, Roseday e Mariana, Aos Conselheiros: Luana Braz, Daua Puri, Dilmar José,, Cacique Demécio Rio Pequeno; Elen Franciele; Angela Lopers; Jurema Aldeia Mata Verde Bonita, Maricá; Maria Oliveira; Maycom Silva Aguiar; Tales Arcoverde Treiger; Paula Moura; Camila Alano; José Bessa; Deusimar Correa; Graciela; Cristina Penna; Luiz Peilon; Virginia Totti Guimarães; Isabel Missegia; Carla Albuquerque; Carmelita Puri; Grazielle Justino; Tupã; Aldo Fernandes e Rosangela Maria Nunes FUNAI. Aos Conselheiros de CIEE – Conselho Indígena de Educação Escolar do Estado do Rio de Janeiro, ao Professor; Algemiro Karai Mirim e demais membros Conselheiros. Ao pajé/cacique Kara'i Tataendy Oka - Algustinho da Silva; pajé/cacique Miguel karai Tataxí Benit Itaxi Mirim e Vice cacique Eva Para Miriam; Aos Pataxós cacique Leonardo – Fabio Hayapo Pataxo; Vice Cacique Nawà, Ancião Pedro, Alberto, conselheiras Maria Tãnia, Açussena, Aporinan, Aos professores e alunos de Graduação do LICENA – Licenciatura e Educação do Campo (UFV), pelo incentivo a este trabalho. A associação Universitária Latino Americana que represento no CEDIND, na qualidade de Conselheiro do Contexto Urbano. Ao Núcleo de Estudos Africanos e

Indígenas, Laboratório Geru Mãe de Africologia: Katuscia Ribeiro e Dra. Karine Lopes Narahara pelos estudos ameríndios no (IFCS) e pelo incentivo aos estudos Africanos e Cosmologia Indígena. Ao (NAE) Negro Estudantes Africanos e da Diáspora, prof. Mauricio Wilson Camilo da Silva e comissão organizadora dos Cursos África e Diáspora, pelos inúmeros cursos realizados na UFRJ/Letras. A Professora Tania Clemente, pela realização do Curso de Extensão Plurilinguístico e Política de Línguas, realizado no Museu Nacional, pelas discussões calorosas do universo indígena. Aos organizadores do Protocolo de Consulta Prévia TEKPA ITAXI MIRIM, (ICMbio) Instituto Chico Mendes (FUNAI) Fundação Nacional do Índio, Radio Yandê, Apa de Cairuçu; Projeto de Extensão ETNO/NIDES/UFRJ; Museu do Índio; Associação Comunitária Indígena Guarani/Acigua; BAIA VIVA; GEIPO (UFV); GRUMIM; (AIM) Aldeia Maracanã; Aos Caciques: Miguel karai Benite /Augustinho da Silva e Coral Guarani Araponga e Nhemongueta. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – Aos professores do LICENA- LICENCIATURA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: Professora, Mestre em Educação UFV, Élide Lopes Miranda ; Willir Barbosa; Alvanize Valente Fernandes Ferenc , Ana Carolina Beer Figueira Simas, Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva, Antônio Martins Lopes, Arthur Meucci, Bethânia Medeiros Geremias , César Luiz de Mar, Cristiane Aparecida Baquim, Cristiane Lopes Rocha de Oliveira, Danila Ribeiro Gomes, Denílson Santos de Azevedo, Edgard Leite de Oliveira, Eduardo Simonini Lopes, Elen Machado Tavares, Élide Lopes Miranda, Emiliana Maria Diniz Marques, Esther Giacomini Silva, Eugênio Alvarenga Ferrari, Felipe Nogueira Bello Simas, Fernanda Maria Coutinho de Andrade, Flávio Américo Tonnettim, Heloísa Raimunda Herneck, Henrique Pinto Gomide, Jaqueline Cardoso Zeferino, Joana D'Arc Germano Hollerbach, José Henrique de Oliveira, Leci Soares de Moura e Dias, Lílian Perdigão Caixeta Reis, Márcio Gomes da Silva, Maria das Graças Soares Floresta, Maria do Carmo Couto Teixeira, Maria Veranilda Soares Mota Campos, Marilene de Melo Vieira, Natália Rigueira Fernandes, Rita de Cássia de Souza, Rita Márcia Andrade Vaz de Mell, Rosa Cristina Porcaro, Sara Ferreira de Almeida, Silvana Cláudia dos Santos, Tatiana Pires Barrella, Terezinha Duarte Vieira , Tiago Paz e Albuquerque, Tommy Flávio Cardoso Warnick Loureiro de Sousa, Valter Machado da Fonseca, Wânia Maria Guimarães Lacerda. Ao Professor, Projeto de Extensão Etno Desenvolvimento - ETNO/NIDES/UFRJ – Dr. Sandro Xucuru. Aos professores e entidades da Universidade da Cidadania (UFRJ). Aos Pajé/Cacique (acende fogo) de nome (branco) Augustinho da Silva – Aldeia Araponga- Paraty Rija. A Pajé/Cacique Miguel KaraiTataxi, e o Protocolo de Consulta Prévia Teko Itaxi Mirim. ALDEIA MATA VERDE “Tekoa Ka' AguyOvy Porã”, Cacique Jurema Nunes de Oliveira e Cacique Darci Tupã – Cacique Rio Pequeno – Aldeia Pataxó. Movimento Ressurgência Puri = RJ/ MG. A 1 CASDH, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Coordenadora - Jurema Celia Custódio da Silva, Assessora - Viviane Almeida Santos e funcionários da CASDH. A minha Família: Ana Clara Paz Correia da Cunha, Walissom de Almeida, Ana Beatriz Paz Araújo e Lucileide Paz Araújo. Aos alunos de professores do CIEP 168 ILDA SILVEIRA RODRIGUES, e ao professor Mario Thurler, pela dedicação em sala de aula da temática indígena. A índia Baré estagiária de Direito e Dr.

Talhes Arcoverde, Dra. Livia Casseres, da Defensoria Pública da União, pelo ativismo jurídico em Defesa dos Povos Originários. A Comissão organizadora do Seminário Internacional VIVA LINGUA VIVA /UFRJ/Museu Nacional 2019, pelo fomento e desenvolvimento de ações de preservação e retomada de línguas indígenas e minoritárias. A Comissão organizadora pela realização do AYA 1º - Laboratório de Estudos da Universidade de Santa Catarina, pela realização do Encontro Pós Colonial e De colonial (I EPD) "Diálogos Sensíveis: Produção e Circulação de Saberes Diversos. A Comissão organizadora pela realização do XXVII Seminário dos Estudantes do Programa de Pós- Graduação em Filosofia IFCS/UFRJ, realizado no Largo de São Francisco de Paula – realizados nos dia 21/10/19, tendo a finalidade de construir um espaço acadêmico para o debate e a interação entre estudantes em Filosofia. A Comissão organizadora da 1ª Jornada Discente de Políticas Públicas e Formação Humana, (UERJ) realizada em 02 á 04/19 – Simpósio Temático 02 – Cultura Política e Linguagens em Processo Formativo, pela nossa participação. A Comissão organizadora do Congresso de Diversidade e Intercultural idade de Angra dos Reis, a realizar-se de 09 à 11/19, realizado pelo Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR/ UFF, com o apoio da Prefeitura de Angra, através da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia e do Departamento de Diversidade e Inclusão. A Leonardo Lopes/Asfunrio, Sergio Neves dos Santos, José Santos, Paulo Bispo, Mario Turler, Josélia Alves, Larissa Funayama, pelo apoio operacional e logístico A AULA- Associação Universitária Latino Americana – aos Diretores e Conselheiros, por apoio Logístico e Material na representação das reuniões do CEDIND.

## SUMÁRIO

Resumo

Sumario

Considerações Iniciais

Aldeia Maracanã

Aldeia Vertical

Aldeia Mata Verde Bonita – Maricá Tekoa Ka' AguyOvy Porã

Aldeia Paraty Mirim e Demandas de Educação

Ka'aguyHovy Porã - S. José do Imbassaí Marica

Educação Indígena – Araponga

Rio Pequeno -Guarani Nhandeva

Tekoa Itaxi Mirim Guarani Mbya

Sapukai-Guarani Mbya

Iri - Pataxó

Análise Conclusiva

Referências Bibliográficas:

Anexos

**Considerações Iniciais:** A Educação Indígena no Caminho da Onça & Resistência ao Etnocídio de Estado, é resultado da militância no movimento indígena do Rio de Janeiro, fruto das visitas in loco das reuniões descentralizada nas Aldeias e redes sociais. Neste trabalho, busca-se um lugar de fala, interagindo com o sujeito que pratica a ação, que insere-se no seu tempo e época. É a fala do agora, já, porque nossas vidas importam. O caminho da Onça faz parte do DNA, dos povos holocênicos, que coincide com a ocupação da América; Ancestrais ameríndios, “época do período quaternário, da era cenozóica que se iniciou 11,5 mil anos; Dos caçadores coletores até o presente. Pierre de Clastres, vai dizer que o apagamento forçado de suas memórias, e identidade ancestral, imposta pelo ocidente branco aos povos afro-ameríndios, “é a morte da alma”. Alguns dias, antes da chegada do homem branco na terra de Pindorama, do Pau Brasil, havia mais de mil etnias, com seus idiomas próprios, culinária, cosmologia, e saber ancestral. Hoje reduziu-se a 305 povos e 274 línguas diferentes, e ainda se encontram outros povos isolados com idioma próprio, nesse continente chamado Brasil. A Lei 11.645 instituída em 2008, graças a resistência e militância dos afro-ameríndios, veio preencher uma lacuna, em uma espécie “medida de ajustes reparativos”; E correção a memória ancestral em um sistema de exclusão. Segundo o Censo IBGE, 2010, os indígenas no Estado do Rio de Janeiro, é de aproximadamente 15.000 mil pessoas, 305 etnias e 274 línguas indígenas. Esses dados com certeza estão superestimados, pois a figura instituída pelo branco, de pardo, teve como objetivo, o silenciamento dos idiomas indígenas. Não foi à toa que O Marques de Pombal no ano de 1577, proibiu que se falasse outra língua senão o português de Portugal. Mesmo com todas as mazelas para integrar o índio a cultura do branco: ainda sobrevivem nos dias de hoje, várias línguas e ainda ressurgindo outras. Com a luta da resistência indígena, de Ailton Krenak, outros combatentes, para o reconhecimento da identidade indígena. Foi positivado na Constituição Cidadã de 1988, artigos 231 e 232, quando menciona no primeiro: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” E reconhecimento aos índios, segundo o Art. 232, “...índios sua organização

social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. No capítulo intitulado “Da Educação”, o texto constitucional determina que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Em novembro 2018, foi instituído no Rio, o CIEE, Conselho Indígena Educação do Estado do Rio de Janeiro, cujo o objetivo é instituir políticas públicas em Educação Escolar: Cujo o preceitos: “É formular, coordenar, acompanhar, promover e propor ações voltadas à política da educação indígena”. A educação escolar indígena: “constitui modalidade de ensino, definida nos termos do Decreto nº 6.861/2009 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, devendo ser garantidos princípios como igualdade social, diferença, especificidade, bilingüismo e interculturalidade”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação (2001), menciona: “valorizar os saberes indígenas, com seus complexos sistemas de pensamento, proporcionando aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias”. Não se pode precisar a quantidade de povos indígenas no Município e Estado do Rio de Janeiro, pois temos dois contextos: os indígenas em contexto urbano e aldeamento, Há clara intenção do estado que as pessoas anulem suas identidades, seja elas negras e indígenas. O discurso dos dirigentes oficiais: “é da integração nacional, um só povo”; o que não procede. No Plano Estadual do Rio de Janeiro, pagina 23, instituída pelo Decreto n.33.033/03, criou a categoria “escola indígena’ no âmbito da Educação Básica. “A Deliberação CEE-RJ nº 286, de 09 de setembro de 2003, foram estabelecidas as normas para a autorização, estrutura e funcionamento destas Escolas Indígenas, ao que se sucedeu a criação da Escola Indígena Estadual Guarani Karaí Kuery Renda, situada na aldeia Sapukai, no município de Angra dos Reis e das Salas de Extensão Tava Mirim (aldeia Itatim) e Karaí Oka (aldeia Araponga), ambas no município de Parati”. Segundo o documento de fácil acesso em redes sócias, que está desatualizada: as três escolas indígenas apresentavam, ao todo, 249 alunos matriculados no Ensino Fundamental, dividido em quatro ciclos, com duração total de dois anos. Esses alunos são atendidos por sete professores

bilíngües guaranis Mbya, que foram contratados mediante a Resolução SEE-RJ nº 3.279, de 25 de agosto de 2006. Atualmente no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, foi instituído através do Decreto n. 46.218. Em 2018. Outro passo importante for a criação do CEDIND- Conselho Estadual dos Direitos Indígenas no Estado do Rio de Janeiro, “órgão colegiado permanente com caráter consultivo no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), responsável pela coordenação do Cedind”. Ainda consultivo, mas já com grande atuação tanto no Contexto Urbano e Aldeamento, vem desempenhado papel preponderante na defesa dos povos da floresta. Entre as principais atribuições, o conselho atua: “Encaminhamento der denúncias de violações dos direitos indígenas; Fomento e desenvolvimento de programas sociais, econômicos, culturais e educativo”. Ao total são 24 membros Efetivos com seus respectivos Suplentes: divididos por 6 em contexto de aldeamentos e 6 em Contexto Urbano e por entidades em Defesa de Direitos Indígenas. E com participação de Conselheiros, representantes de secretarias respectivas, de educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente e outros. Além da presença de convidados paramentos: UFRJ/Museu Nacional, UNIRIO, UERJ, ABA, Fundação Darcy Ribeiro, Ministério Público Federal e Defensoria Publica do Estado do Rio de Janeiro e outros. Para melhor operacionalizar o Conselho foram instituídas Comissões Temáticas, por Eixo de atuação: Comunicação, Educação e Cultura; Território e Meio Ambiente, Saúde e Saneamento; Planejamento Monitoramento e Avaliação, Economia Solidaria e Orçamento. Para o ano de 2021, já foram aprovados o “Plano de Ação” com as respectivas estratégias de ações. Recente, a Comissão de Educação agendou uma pauta com o Secretário de Educação para tratar dos gargalos da Educação Escolar Indígena, onde apontou as seguintes demandas urgentes: Criação do Cargo de “Professor Indígena” para atuação nas escolas estaduais e em sala de extensão: Paraty, Angra dos Reis e Marica, e/ou ampliando para as escolas estaduais; Conexão Digital nas escolas, para facilitar o acesso a internet; Reforma, pintura da Escola e Extensão; Eleição Direita para Diretores; Envio de Material Didático e Pedagógico; Apoio logístico para permanência do professor no seu deslocamento para as aldeias, como: hospedagem e transporte; Criação de Escola especifica de Magistério para formação docente e capacitação de

professores indígenas e não indígenas dentre outras prioridades. Para o desenvolvimento desta pesquisa, Usamos como fonte para aprofundar este trabalho: Atas de reuniões realizadas nas Aldeãs, gravações de vídeos no youtube, material bibliográfico em site, jornais de grande circulação, blog, e entrevistas com lideranças indígenas, monografias e artigos. No início de nosso trabalho, falaremos de forma sucinta, a luta em “Contexto Urbano”, com a Ocupação da Aldeia Museu do Índio em 2006 por 17 etnias, que denominaram “Aldeia Maracanã”; O seu deslocamento para Aldeia Vertical no Conjunto Zequeti na Praça Onze do Rio de Janeiro, após acordo com o governo do Estado. Logo depois, um balanço das reuniões ocorridas em Marica, Angra dos Reis e Paraty. Segundo o levantamento feito pela Comissão de Território e Educação e Cultura: No conjunto Zequeti tem 20 famílias indígenas, sem o dimensionamento de indígenas que estão nas favelas do Rio, Universidades e outros. O Censo IBGE, apontou em 2010, um total de 15 mil índios auto-declarados morando em subúrbios e favelas, como: Maré, Jacarezinho, Alemão e Rocinha. Em Contexto de Aldeamentos hoje segundo o Levantamento do Cedind: Aldeia Guarani Araponga: 11 famílias e 35 indígenas; Aldeia Guarani Itaxim: 55 famílias e 180 indígenas; Aldeia Guarani Rio Pequeno: 12 famílias 32 indígenas; Aldeia Pataxó Iriri: 16 famílias e 65 indígenas; Angra dos Reis: Aldeia Guarani Sapucaí, 101 famílias e 500 indígenas; Maricá: Aldeia Guarani Hovy, 10 famílias e 30 indígenas e Aldeia Guarani Mata Verde Bonita, 38 famílias Guarani Mata Verde Bonita e 150 indígenas. Algumas Aldeias já possuem a Demarcação de Terra e outras lutam por materializar o direito, são elas: as Aldeias Aldeia Guarani Hovy em Maricá, Aldeia Rio Pequeno em Paraty e Pataxós em Irir, a pesar da forte resistência de ‘Juruá’ (branco)”. Em Marica, os estudos estão sendo discutidos com a prefeitura. Em Paraty: a Prefeitura, ocupantes, Fazendeiros; Caiçaras; Fórum das Comunidades Tradicionais; Pataxós, MP e Prefeitura de Paraty. O MP iniciaram o dialogo para o estudo de ocupação definitiva das Aldeias: Rio Pequeno, Mata Verde Bonita e Imbassaí. As aldeias Bracuhy/Angra, Parati Mirim/Parati e Araponga/Parati têm suas terras -demarcadas, as demais não. a Aldeia Sapukai possui colégio estadual, I Guarani Karai Kuery Renda, e possui três salas de extensão: Aldeia de Itaxi, Araponga e Rio Pequeno. As aldeias de Maricá são atendidas pela prefeitura de Marica. Todas, embora sob orientação pedagógica da

administração pública, encontram resistência ao modo de ser indígena. Segundo o manual de Juruá: A educação escolar indígena, a orientação basilar e preceitos educacionais, os chamados (projeto político pedagógicos), estão ancorados na Resolução, 03/99/CNE/CBE, podendo ser gerida pelos entes federados e/ou com autonomia e gestão particular. A educação primária dos guaranis é a oralidade e autonomia de vontade, pois aos 12 anos as crianças podem tomar decisões como adulto. Os diálogos e reuniões são freqüentes ente adultos e crianças. ‘Na aldeia não tem chefe, cacique para dizer e desdizer o que deve ser feito’, pois o coletivo decide. O pajé é a liderança maior na aldeia e não o cacique. O pajé tem forte influência pelo seu conhecimento com o cosmo. Agostinho da Silva, cacique pajé de Araponga, disse: “Eu não Sou Índio, Sou Guarani”, pois quem nos ver como índio é Juruá” em entrevista gentilmente concedida que virou artigo. “Nossos conhecimentos adquiridos, vem pela oralidade e conhecimentos adquiridos pela nossa ancestralidade, e valores adquiridos pelos mais velhos. É isso que norteia nosso modo de ser”, definiu, Esperamos no presente que Comissão de Educação com aproximação com o CEEI, possam unificar a luta comum, por educação de qualidade, rompendo com ruídos e lutando conquistas de direitos. Em Rio Pequeno, uma rede de Fake News, vem disseminando ‘ódio’ contra os povos indígenas em redes sociais. Os signatários dizem que não são índigos e que não são do território. Porém os guaranis já ocupavam nosso território a 3000 anos. O MP convocou uma audiência para tratar da situação de Rio Pequeno. Espera-se a correção de ruídos, uma vez que já tem estudo demarcatório junto a FUNAI, com oposição da Prefeitura de Paraty, para sua demarcação. Na audiência busca-se uma composição com os ocupantes, fóruns, caiçaras, prefeitura e indígenas.

**Aldeia Maracanã:** Em plena selva de pedra vertical, em terreno valioso, um antigo Museu do índio em ruínas, espera para ser demolido ou reconstruído pelas autoridades competentes. “O prédio onde funcionava o Museu do Índio foi construído pelo Duque de Saxe em 1862 e doado em 1910 ao Serviço de Proteção aos Índios, órgão estatal comandado pelo Marechal Rondon, quando de sua criação em 1910. O objetivo de sua

criação inicial, era que o espaço abrigasse indumentárias, em área de preservação da cultura indígena brasileira. Inicialmente, o prédio abrigou a sede do órgão federal, e posteriormente, entre 1953 e 1977, abrigou o Museu do Índio, criado por Darcy Ribeiro. Após essa data, o museu foi transferido para Botafogo e o prédio ficou abandonado”. E a partir do ano de 2006, em retomada histórica, de ressurgência, dezessete etnias indígenas ocuparam o imóvel abandonado com o objetivo do restauro de suas ruínas, para a criação de Um Centro de Referência dos Povos Originários/Universidade Indígena.



De 2013 à 2020, podemos concluir que algumas conquistas foram alcançadas pelas dezessete etnias ocupantes do Antigo Museu do Índio: dentre elas: A criação do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) órgão paritário, com participação: governo/sociedade civil, Movimentos Indígenas, ONGs de Defesa de Direitos da Causa Indígenas em Contexto Urbano; E a participação das Aldeias em Contexto de Aldeamento no Estado do Rio de Janeiro. A luta pelo restauro do Antigo Museu, sofreu grade resistência por parte do governo do Estado, que queria a sua demolição para criação de uma garagem para atender a um ‘Shopping Center’, em contraposição a criação de um “Centro de Referência/Universidade Indígena”. Este último em articulação com o novo governo em exercício Claudio Castro, devido ao afastamento do governador eleito Wilson Witzel. Atualmente o espaço continua em ocupação por algumas etnias indígenas, que reivindicam a Reforma do Antigo Museu para Criação de uma Universidade Indígena administrados por eles. O espaço tem sido pauta de reuniões entre os Aldeados e de Contexto Urbano em articulação com o CEDIND para seu imediato restauro. Ainda não tem dotação orçamentária específica, mas já conta com um projeto idealizado pela Associação Aldeia Maracanã. Ainda em ruínas, em recente reunião Ordinária do Cedind, foi

aprovado a solicitação aos órgãos competentes, a visita de órgãos de 'Defesa Civil', para elaboração de um laudo pericial, pois o imóvel pode causar acidente as etnias que se encontram no seu interior; Devendo inclusive contar com a presença de autoridades para dotação de recursos para o restauro.



O destino do imóvel ainda é incerto, porem, acreditam as lideranças indígenas que possam ser instrumento de fomento e geração de conhecimento; Venda de artesanatos para geração de renda; Cursos de capacitação para professores da rede pública; Apoio a atividades culturais indígenas nas escolas, na realização de atividades artísticas, culturais e educativas; e por último: uma universidade pluriétnica indígena, administrada pelos próprios indígenas. Atualmente segue sem solução aparente, mas os esforços estão sendo feitos para uma agenda para a cidade. Nesses 521 anos do calendário de Juruá, da presença dos povos indígenas no Rio. O nome "Carioca" não é por acaso. Espera-se que o Governo resolva o impasse já que do outro lado, há os que advogam que ali deveria funcionar um Shopping Center, alegando que o terreno é muito valioso e a região é muito valorizada. Mas, independentemente de posições contra e a favor do 'Restauro do Museu do Índio', o dialogo se faz presente, sendo pauta permanente para cidade do Rio de Janeiro. Recente, Deputado de Extrema Direita tem advogado que aquilo Lá, é "Lixo Urbano", e deve dar lugar ao Shopping, o que tem sido rechaçado pelas lideranças indígenas. Foi encaminhado a ALERJ, um pedido de advertência ao Deputado pela Comissão de Ética.



Fotos: Reinaldo Cunha

**Aldeia Vertical:** Em 2010, foi demolido o Complexo Penitenciário da Frei Caneca, construído em 1850, o primeiro presídio do país, para dar lugar um Conjunto habitacional.



Fotos Divulgação - Google

Em 2014, foi construído em seu lugar o projeto: ‘Minha Casa, Minha Vida’, conjunto de habitações populares do governo, para atender a população de “baixa renda”. Ainda na gestão do antigo Governador Sergio Cabral, em 2013, cerca de 20 indígenas ocupantes do Antigo Museu do Índio, inicialmente, deslocados para Jacarepaguá em Curupaiti, Zona Oeste do Rio. Lá permaneceram por um período de um ano. Após acordo com a Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio, e lideranças indígenas. Um grupo de vinte indígenas aceitaram morar no Conjunto Zequeti na Praça Onze no Bloco quinze.



Fotos Divulgação - Google

Segundo o Cacique da Aldeia Maracanã, Carlos Tukano: “Foi uma saída para um segmento marginalizado que são os povos indígenas, terem um pedaço de chão”. Em entrevista dada a imprensa ao Jornal Extra, 11/08/14, a jornalista Pamela de Oliveira, em entrevista com Carlos Tukano, publicizou:

“Aqui não pode nada e, ao mesmo tempo, pode tudo. A gente não pode furar a parede para pendurar a rede sem autorização. É proibido fazer fogueira para assar um peixe no gramado. Não temos local para fazer nossas danças, nossos rituais. Ao mesmo tempo, a desordem é grande. Outros moradores não respeitam as regras: ligam aparelhos de som tarde da noite e correm com motocicletas nas áreas que deveriam ser usadas por pedestres — analisa o cacique, que nasceu no Amazonas. — Aqui não pode nada e, ao mesmo tempo, pode tudo. A gente não pode furar a parede para pendurar a rede sem autorização. É proibido fazer fogueira para assar um peixe no gramado. Não temos local para fazer nossas danças, nossos rituais. Ao mesmo tempo, a desordem é grande. Outros moradores não respeitam as regras: ligam aparelhos de som tarde da noite e correm com motocicletas nas áreas que deveriam ser usadas por pedestres — analisa o cacique, que nasceu no Amazonas. O índio Arassari Pataxó, de 26 anos, estranha o sabor da comida preparada no fogão a gás. Ele ri ao contar que pega o metrô para comprar peixe em Copacabana e assar no forno. — Na aldeia, a gente pesca nosso peixe, faz a fogueira com madeira e assa. Fazíamos isso no antigo museu e também em Jacarepaguá, para onde fomos levados antes dos apartamentos. Aqui não temos espaço. A comida no forno é diferente, não tem o sabor do prato preparado na lenha — compara o índio, que diz ter vindo ao Rio para estudar”.



Foto: Fábio Teixeira/ Extra

A Aldeia Vertical, segundo o trabalho publicidade em Redes Sociais, Camila Bevolaqui, Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS, 2017, “Vivências indígenas no Rio”. Referenciando a trajetória de três indígenas: Niara, filha de pais Fulni-ô e Cariri; Iracema que de família Pankararu; e Dauá José da etnia Puri” em Contexto Urbano:

“Seguindo a concepção de aldeia aparente na fala dos meus interlocutores, essa parece ser definida mais pelas relações ali traçadas do que por um espaço físico. É assim como eles, pelo menos, entendem seus deslocamentos da antiga Aldeia Maracanã para containers onde ficaram temporariamente em Jacarepaguá, até seu estabelecimento na Aldeia Vertical. Uma vez me disseram que o antigo prédio da Aldeia Maracanã não era mais uma aldeia por não ter mais índios no local, quando o prédio foi evacuado. Em um contexto de lidar com indígenas de uma aldeia Fulni-ô, ficando em sua casa, Niara chamou a atenção deles de que ali também era uma aldeia, por mais que fosse vertical, e que o respeito aos mais velhos devia ser praticado assim como na sua aldeia. Ela também afirma que cada apartamento é uma oca. De fato, algumas pessoas colocam imagens e placas na porta dos seus apartamentos referentes às suas etnias. Uma aldeia se constitui assim, não apenas como um espaço físico, mas como um tecido relacional, definida pelas relações estabelecidas entre seus moradores, independentemente do local que ocupam” resumiu.

Atualmente Niara do Sol e Daua Puri, desenvolvem um trabalho de horta comunitária, que tem despertado o interesse dos moradores, estudantes da rede pública, universidades e Museus. Carlos Tukano, presidente da ONG, Aldeia Maracanã, atualmente é presidente do CEDIND – Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, em Contexto Urbano. Além de rodas de conversa, massagem terapêuticas e culturais.



Foto: Wilson Graúda / Divulgação

**Aldeia Mata Verde Bonita – Marica/Tekoa Ka' AguyOvy Porã:** No dia 27 de Fevereiro de 2019, estivemos presente na realização da V Reunião Ordinária do CEDIND/ Conselho Estadual dos Direitos Indígena na Aldeia Mata Verde Bonita, com a presença de Conselheiros do Contexto Urbano e Aldeados, além de várias autoridades dos entes federados da administração pública em instância municipal, estadual e federal, para tratar de temas, como: Ocupação do Território Guarani ( Tekoa Ka' AguyOvy Porã); Contratação de Professores Indígenas e Reforma na Escola Guarani. Pelo que tomamos conhecimento: a aldeia sofre com problemas os mais variados de infra-estruturar devido a situação atual da não legalização do território.



Fotos: Reinaldo Cunha

Conhecendo a os guaranis por relatos da imprensa, portal das Nações Unidas de 17/12/17, pela equipe da (UNIC Rio): **A Aldeia Mata Verde Maricá:**

[...] “É uma das oito comunidades guaranis no estado do Rio, onde moram 73 pessoas em uma área de proteção ambiental com mais de 90 hectares. Sua língua materna é a variedade Mbya do guarani, um idioma indígena do tronco tupi-guarani, falado por milhares de indígenas do Centro-Oeste ao Sul do

Brasil e em países vizinhos, como: Bolívia e Paraguai”. Desde a vinda dos Europeus para o Brasil, os povos indígenas, sofrem toda sorte de perseguição e discriminação por parte do estado brasileiro. Representantes governamentais dos governos Bolsonaro: tem desfilado discurso de ódio, quando não: com o discurso de desenvolvimento econômico em terras indígenas, para torná-los civilizados e integrados a sociedade brasileira. Isso tudo sem a reparação devida, pois, os povos insurgentes quilombolas e indígenas, continuam resistindo morando na periferia e contexto urbano. Hoje muitos estão em situação falimentar, empregos, moradia, transformados em pedintes, sendo confundido com população de rua. Na prática é a perpetuação do racismo do homem branco, (Juruá) que deseja exterminá-lo. Vejamos o que diz a matéria das Nações Unidas sobre Mbya do guarani. “A preservação da língua começa pela prática. Ela está nas nossas moradias, plantio e cânticos”, afirma Tupã. O líder da comunidade considera, porém, que o preconceito é um dos principais empecilhos para a manutenção do idioma. “Acredito que muitos índios deixaram um pouco de falar sua língua materna por causa do preconceito. Quando vão a cidade e perguntam se são índios, eles têm vergonha de dizer que são”. Tupã explica como é possível preservar a identidade cultural: “Vamos fazer as nossas ocas de palha, o plantio orgânico, sem agrotóxicos, vamos pescar, vamos nos pintar. Vamos ter orgulho de mostrar quem somos nós de verdade, dessa maneira vamos ser respeitados”. Na tribo, a primeira língua aprendida pelas crianças é o guarani mbya e apenas aos sete anos de idade elas estudam o português. Há dois anos, Jurema Nunes de Oliveira ensina o idioma indígena na escola municipal da aldeia, chamada Para PotyNhe’ Já (\*\*). “A língua guarani mbya é difícil de ser esquecida. Tem gente que diz que nós não somos índios. Mas nós trabalhamos com isso, vivemos com isso, é a nossa cultura”, diz. “Falar a língua materna indígena mantém as crianças pensando em guarani e sonhando em guarani”, afirma o professor Domingos Nobre, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nobre explica que a educação tradicional indígena é um fenômeno social em que os mais velhos transmitem seus conhecimentos às gerações mais novas, por meio dos exemplos e do convívio comunitário. “Ela se dá de forma contínua, regular e está baseada prioritariamente na tradição oral. Não depende, portanto, de escola nem de escrita”, afirma o educador. Para ele, a implantação de escolas indígenas bilíngues, diferenciadas e interculturais representa a imersão de crianças e jovens no universo do letramento. “As escolas possibilitam o uso da língua portuguesa para a defesa de direitos étnicos, permitindo a inserção de jovens lideranças num campo

de disputas simbólicas, onde a escrita e os conhecimentos ocidentais pesam para uma maior conquista de direitos sociais, como à saúde, à terra e à cultura”, afirma o professor. (Site/povos indígenas do Brasil, 2017).



Fotos: Reinaldo Cunha

Sobre a ocupação da Aldeia Mata Verde Bonita “Tekoa Ka' AguyOvy Porã”, nos conta Darci Tupã: que a ocupação foi uma articulação política na comunidade guarani com a Administração Municipal de Maricá, em diálogo com o ex-prefeito o Ex. prefeito, Quaquá, após ataque criminoso na Aldeia Mata Verde Bonita no Bairro São José do Imbassá- Restinga de Maricá.



Fonte: Facebook - Aldeia Mata Verde Bonita

Sobre a Língua e a Educação Indígena, e ocupação de Território argumenta Tupã, (Idem, Nações Unidas ONU, 2017).

“Aqui onde estamos sempre foi rota e caminhada natural dos guaranis. Temos uma história muito linda com o povo de Maricá, sem nunca abrir mão de nossa cultura. A melhor maneira de promover nossa causa é recebendo as pessoas na aldeia, seja pelo esporte, turismo, educação. E muitas vezes, por causa das políticas mal dirigidas à nossa cultura, nós pisamos em espinhos. Mas com tantas caminhadas, já estamos calejados. Então, que

esse espinho possa se quebrar e nossos pés possam se curar para que nunca se ande para trás, sempre para frente. E a palavra que eu encontro em guarani é 'mbya ete': forte, muito forte, como fibra, para nunca deixar quebrar" esclareceu. Ainda na mesma reportagem, a Cacique Jurema, em complemento emendou. "Na aldeia "Tekoa Ka' AguyOvy Porã" a primeira língua aprendida pelas crianças em nossa comunidade é o guarani mbya. E que só quando completa os sete anos de idade, é que as crianças aprendem e estudam o português". Conta Jurema: "Aos dois anos, ensinamos as crianças o idioma guarani, para nossos estudantes na escola municipal da aldeia PotyNhe'. Segundo Jurema, a língua guarani mbya é difícil de ser esquecida. "Tem gente que diz que nós não somos índios. Mas, somos assim, somos indígenas, essa é a nossa cultura" comentou. Na mesma reportagem em epigrafe: A Secretária de cultura de Maricá, Andréa Cunha na ocasião na mesma reportagem,disse: "É uma oportunidade da nossa cidade fazer o resgate e valorizar as culturas tradicionais, criando um contraponto com a sociedade atual, tão marcada pela exploração da natureza; O modo dessa construção é pautado pela aldeia, pois entendemos que a forma de ver o mundo implica na maneira de existir", analisou.



Fotos: Reinaldo Cunha – Aldeia Mata Verde Bonita

A Aldeia no presente passa por um processo de legalização do seu território, para que a Administração Municipal de Maricá, possa trazer melhorias concretas não só na área de saúde em face da pandemia, mas em melhorias de saúde e educação para as crianças Guaranis. A professora História da rede municipal de Angra dos Reis/RJ. Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Culturas (GPMC), militante da causa indígena e sindicalista. Doutoranda, Katia Antunes Zephiro1 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Aloísio Monteiro, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC/UFRRJ). Professor da Licenciatura em Educação do

Campo da UFRRJ. Coordenador do Núcleo de Estudos de Tradições Indígenas e Negritudes (NETIN) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) disponibilizado na Rede na ABATIRÁ - REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGENS Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII V1: n.2 Jul.: Dez: 2020. p. 1- 754 ISSN 2675-6781, com a relação a pedagogia indígena, analisou:

[..] “Numa educação intercultural os conhecimentos dos de dentro (dos povos indígenas) e dos de fora (de matriz européia) deveriam ser ensinados de forma simétrica e dialogando de forma atender os projetos comunitários de futuro do povo ao qual vai atender. Assim haveria a garantia de que esses povos conseguiriam dominar os conhecimentos da sociedade envolvente para enfrentar os desafios colocados por ela e trabalhariam a manutenção e conservação dos seus conhecimentos e tradições que devido aos ataques sofridos por séculos, muitas vezes acabam se enfraquecendo”. [..] “Sendo assim os povos indígenas, apesar de entenderem que a escola é uma instituição alheia a sua cultura, uma Embaixada dos Brancos (BENITES,2015, p.27) nas comunidades, pois ela institui normas, procedimentos, regras, temporalidades e modos de fazer que difiram e muitas vezes agridem os modos de vida dos povos indígenas, ela pode ser transformada em um instrumento de luta e resistência para a manutenção dos modos de vida, quando ela é transformada numa Escola de Fronteira, ou seja, uma escola na qual as culturas diferentes podem se encontrar, dialogar, mas sem invadir ou dominar o espaço da outra. Uma escola na qual a diversidade e a diferença são valores positivos e agregadores e não que separam, hierarquizam e servem à dominação. [..] A escola entre os Guarani Mbya do Rio de Janeiro foi um desejo e uma conquista. Assim que fundaram as aldeias formas de ensino escolar foram instituídas, de forma autônoma, sem prédios, instalações ou materiais. Com o tempo foram construindo os prédios, angariar parceiros e colaboradores para seu projeto de escolarização. [..] Essa educação escolar é a intercultural que garante que os conhecimentos indígenas estejam dentro dela, numa situação de igualdade com os conhecimentos ocidentais. Nem todos os processos de escolarização garantem essa alternância de conhecimentos de forma simétrica e justa, mas esse é um desejo e uma luta dos povos indígenas quando se fala de educação escolar. Não mais uma educação para integrar, assimilar e promover o epistemicídio e a subalternização dos conhecimentos indígenas, mas uma educação que promova a ecologia dos saberes (SANTOS & MENESES, 1988)”. Analisou.



Fotos: Reinaldo Cunha – Aldeia Mata Verde Bonita

A escola ainda é muito precária já que esta funcionada precariamente em um container, com carência de professores, material didático, instalações físicos pedagógicos, e/ou mesmo a criação de uma escola guarani. O argumento para a sua melhoria esbarra sempre no discurso que a área é ocupada. No presente a Coordenação da Comissão de Educação e Cultura, busca junto ao secretário de Educação do Estado do Rio, a solução definitiva para a contratação de uma escola descente e a contratação de professores indígenas para o seu pelo funcionamento.



Fonte: Facebook - Aldeia Mata Verde Bonita

**Aldeia Paraty Mirim – Paraty 28 de março de 2019:** Em reunião Ordinária descentralizada na Aldeia Paraty Mirim, diversas demandas a respeito da Educação Indígena foram apontadas. A começar pela infraestrutura das escolas nas Aldeias Araponga, Paraty Mirim, Rio Pequeno e a Municipalização das Escolas, Itaxin e Araponga. O grande problema do funcionamento das ‘escolas de extensão’ é a contratação de professores, além do pagamento das horas aulas.



Fotos: Reinaldo Cunha – Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=K2jMBV1N18w>

Cada semestre acontece sempre a mesma coisa: “cancelam os contratos dos professores, acarretando paralisia nas escolas”. Por isso a necessidade dos Municípios assumirem responsabilidades, na educação escolar indígena, conforme preceitua a Lei 11645/08, relativas as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”, que inclui o ensino fundamental e médio,” Levando-se em consideração as especificidades de cada etnia. Com relação a demandas de Educação, vejamos o resumo da Ata Sumaríssima do Cedind. 30/03/19.

“O Sr. Nino diz estar preocupado com o andamento do professor contratado; Não tem espaço físico para sala de aula, nem infraestrutura em sua aldeia, está com carência de professor e que o contrato saiu a 2 meses. O Sr. Domingos pergunta sobre o

ensino médio em Bracuí, a Sra. Roseday da secretaria de Estado e Educação responde que a parte burocrática está toda feita, o que falta é questão da estrutura. Thatiana pergunta se existe alguma perspectiva ou alguma informação de algum processo na Secretaria de Educação? Pra deixar as extensões e fazer de fato as escolas indígenas. Roseday responde que há um processo e que se encontra arquivado e diz que essas questões não são do setor dela. Essa parte é infraestrutura e que os órgãos responsáveis que tem que responder sobre isso e que existe uma subsecretaria para isso. Marize diz que tudo isso discutido hoje sobre educação são coisas muito sérias e que tem uma proposta já que foi feita uma audiência pública em 2017. Muitas promessas foram feitas e não foram cumpridas. Falaram que não iria ter problema com contratação de professores e não ocorreu. Foi feito um coletivo dentro do CEDIND sobre a educação com o objetivo de participar das reuniões, monitorando tudo. A segunda proposta que irei fazer é que estou me dispondo em ir a todas as aldeias. Ficarei dois dias, pois preciso escutar a comunidade, tirar fotos, duvidas e montar um dossiê. Porque se fizer isso em cada aldeia, teremos dados para acionarmos a Defensoria e o Ministério Público, para exigir que parte desse dinheiro venha a estruturar nossas Aldeias, Nenhuma Extensão de Sala de aula foi construído com o dinheiro do Estado. O Sr. Domingos questiona que para o magistério indígena na aldeia os alunos têm que fazer o caminho até a escola no Centro de Angra a noite, enquanto os professores não podem ir nas Aldeias a noite dar aula (Magistério). Thatiana pede pra tirar uma dúvida sobre magistério indígena, diz que sabe que é uma luta muito longa que se tenta esse magistério que tinha até uma ação judicial que tinha até sentença condenatória mas me parece que os professores são voluntários. Roseday explica que chegou a secretaria em 2014 a história do magistério indígena estava rolando desde 2001, aí comecei a assumir a educação indígena procurei levantar as coisas, em 2001 tinha um processo, porque na última ação o Ministério Público bateu o martelo que se não tivesse o magistério indígena o Ministério da Educação iria pagar 50 mil aos indígenas, aí a estruturação pedagógica já estava toda pronta pra poder começar mas teria que ter alguém para assumir isso porque a Secretaria não tinha professores indígenas então a parceria foi feita com a UFF (Universidade Federal Fluminense), que apresentou um projeto, o subsecretário na época gostou viu a viabilidade então a UFF iria entrar com os professores e o Estado iria dar as despesas. O que a gente precisa fazer já começou já está acontecendo agora só precisamos sentar e ver a mudança de horário e se tem essa possibilidade. O Sr. Nino pede reunião com a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino). Pedro fala sobre as

necessidade da aldeia e fala que o prédio das crianças foi conseguido com dinheiro da Itália mas não tem sala o suficiente e que as salas de extensões não são reconhecidas como colégio, queremos que o Estado ou Município reconheça nossos colégios. Nós não queremos que nossos filhos estudem fora queremos eles aqui estudando dentro da Aldeia, a gente vem sofrendo, queria um encaminhamento, o Estado tem dificuldade para trabalhar conosco e prevemos que hoje nosso colégio está sendo esquecido, não temos material didático. A gente quer que o município garanta a Educação queremos municipalizar a escola de Itaxin e Araponga, que o Estado tem recurso para melhorar a educação só falta a prática. Essa é a proposta! Essa é minha fala e eu tenho certeza que o conselho irá ajudar a gente. Thatiana fala que fica preocupada e diz que é importante conhecer a história da educação municipal que é muito séria que tem escolas caiçaras que está sem a oferta de ensino, na próxima reunião você ficaram mais integrados. Enfim, eu tenho uma preocupação grande com isso... depois pode ser que o município ainda complique mais a situação de vocês” concluiu. Resumo, ATA Ordinária 03/19



Fotos: Reinaldo Cunha

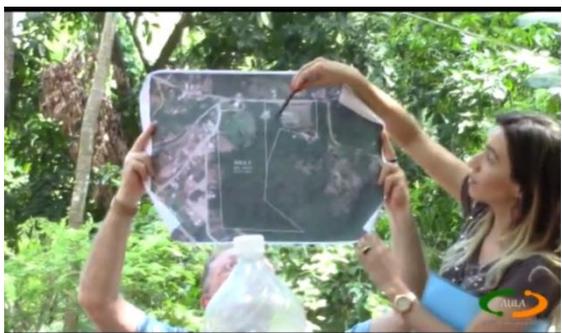
A reunião terminou com a fala do Cacique Carlos Tucano, presidente de Contexto Urbano, dizendo para que o CEDIND, de prioridade sobre o antigo Museu do Índio, pois algumas pessoas aproveitam a situação de abandono para finalidades pessoais. Além disso, um Deputado Estadual, anda falando que aquele território é “Lixo Urbano”, e nós temos que repudiar e acionar a Comissão de Ética da ALERJ.

[...] “Aldeia Maracanã é importantíssimo para o Rio e povos indígenas. Tem pessoas que se aproveitam da situação e querem ser heróis dos povos indígenas. Nós mandamos um repúdio a presidência da ALERJ; para aqueles que nos chamaram de “lixo urbano” para que o conselho de ética obrigue esse Deputado pedir desculpas para os povos indígenas de todo Brasil. Sabemos que o processo foi arquivado. O CEDIND é fruto desse nosso trabalho desde 2006. Temos Cobrar da atual gestão já no seus cem primeiros dias de mandato. Vamos retomar com o Governo para que isso se concretize, isso que eu queria passar pra vocês”, finalizou



Fotos: Reinaldo Cunha

As propostas na área de Educação, a serem encaminhadas para articulação governamental da Aldeia Pataxó, foram: Incluir a Escola na Aldeia; Educação Diferenciada para a Criança por Quota; - Reabrir processo na Secretaria de Educação que não teve andamento porque segundo Informações não teve engenheiro. O CEDIND fazer ofício para reabrir esse processo para escola em Paraty; Marcar uma reunião com as comunidades para que entendam com que funciona o Sistema; Verificar possibilidade de carro para Marize, Coordenadora de Educação, para visitar ás aldeias no dia 6 de maio buscando no dia 15, para que seja feita os levantamentos nas Aldeias.



Fotos: Reinaldo Cunha

**Aldeia Ka`aguy Hory Porã – S. José do Ibassá Marica: 25/10/19:** Em Vinte Cinco de Outubro de Mil Novecentos e Noventa e Nove, estivemos em Reunião Ordinária na Aldeia Céu Azul, para levantar as demandas da comuna indígena, para dar prosseguimento às reivindicações nas áreas: “educação, saúde e território”. A reunião foi aberta pela Conselheira Luana Braz da (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), devido as ausências justificadas dos presidentes Carlos Tukano, Contexto Urbano e Nino Vera, representantes dos Aldeados. Após os informes de praxes, Foi dada a palavra ao Cacique Felix, que saudou todos os presentes, falando do imbróglio da manutenção no território, e que já tem uma articulação com a prefeitura de Maricá, para um novo terreno, A princípio aguarda o desfecho com a prefeitura. Luana Braz sugere uma nova reunião com o procurador, e a prefeitura de Maricá, para formalização do Terreno.



Foto: Reinaldo Cunha

Vanderlei da Silva pede a fala e explica que a aldeia está com um plano de mudança e com a ajuda do Município, da Secretaria de Direitos Humanos e do Prefeito. “Já está tudo pronto só faltando algumas atualizações do procurador, e que a aldeia está com muitas expectativas”. Argumentou que Cacique Felix gostou do terreno, pois lá tem um espaço maior, que dá para utilizar com o plantio, a criação de animais, entre outros projetos que foram

pensados para o local. O Cacique Feliz, diz ter dúvidas da mudança do Local, porque até o presente não recebeu documentação, que comprove oficialmente a propriedade ou termo de posse do local. Representando a Prefeitura de Marica, a Sra. Maria Oliveira, disse que já consta estudo do local e apresentou a planta do local, explicando os pormenores do lugar, bem como, as futuras ações que irão acontecer ali naquela terra. Ela diz que só está aguardando o procurador do município de Maricá se pronunciar, para elaboração da escritura com o Termo de Doação. Com a palavra Toni Lotar indigenista, lembrou que a FUNAI já esteve no local para verificar se a área é viável e que segundo ele também estão de acordo. Disse também que a EMATER já esteve no local verificando possibilidades para criação de peixes e que o ITERJ irá fornecer um topógrafo para contribuir com o trabalho. Com relação a situação da educação Indígena no território. A professora Rejane Macedo, da *Escola Municipal indígena Guarani Kyringue Arandua, de Itaipuaçu*, aproveitou para comentar a real situação da escola, onde traçou um panorama da situação atual. A mesma falou que a escola contam com dois professores não indígenas concursados e dois professores contratados guaranis que são professores atuantes dentro de sala de aula, Segundo Rejane Macedo: “A escola é constituída com turmas de Pré-II até o 5º ano e trabalhando o currículo da base nacional comum curricular”.



Fotos: Reinaldo Cunha

A Conselheira Marize Vieira, Coordenadora da Comissão de Educação do Cedind, falou que é importante ter na Secretaria de Educação de Marica, indígenas que possam fazer intermediação com as escolas indígenas. A Professora Rejane Macedo, concordou e disse que a Sandra Benites e Carol Potiguara, fizeram essa intermediação, porém, com divergências de metodologia de ensino e pesquisa, houve conflito de interesses com as Aldeias, levando ambas se afastarem. O indigenista Toni Lotar concordou com os argumentos, dizendo que realmente foi o que aconteceu. Continuando: A professora Rejane Macedo, reiterou falando que o trabalho dos professores é muito bom. Perguntado se o material didático é em guarani: a mesma respondeu que não, mas que está sendo providenciado. Com relação ao quantitativo de alunos na escola, Rejane disse que no total a escola possui 15 alunos matriculados; no 5º ano tem três, quatro no 4º ano, e oito alunos no pré-II, e no segundo ano. A faixa de idade dos alunos de 16 e 17 anos, é o 5º ano. “Estamos acompanhando os alunos em outras escolas e também vendo a possibilidade deles fazerem o EJA”, disse. A Marize de Oliveira disse que há uma demanda em São Jose do Imbassaí e Paraty Mirim, e que temos que pensar em trazer para aqui escola para jovens e adultos para cá, pois os alunos sofrem Bullying, “que é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas”. Resumindo, a professora Rejane disse que compreende a situação e fez os seguintes relatos:

[...] “Portanto é feito um trabalho diário a respeito da cultura guarani, lembrando que faz parte da escola um professor de educação física que conta também com uma perspectiva de adaptação de currículo nessa parte, a escola funciona regularmente com visitas de inspeção escolar da Secretaria de Educação e as outras Secretarias que vão fazendo também um trabalho Inter sensorial. Ela enfatiza que a saúde igualmente visita a escola, pesa, mede e avalia os alunos, e quando se faz preciso os Direitos Humanos também são acionados, ela continua sua fala explicando que a parte da alimentação na escola, quando acionados, ela continua sua fala explicando que a parte da alimentação na escola, como o cardápio, é de acordo com a cultura guarani existindo então uma adaptação no cardápio respeitando essas especificidades, que é feito o pedido de merenda em um formulário que conta uma parte exclusiva para alimentação indígena, onde a mesma pode fazer pedidos

específicos como trigo, fubá, milho entre tantos outros itens da culinária guarani, e a merendeira é uma funcionária indígena guarani. Ela ressalva que tudo é feito com acompanhamento de nutricionista. Sobre os recursos pedagógicos contam com uma biblioteca repleta de livros, disponibilizam material de uso pessoal assim como o uniforme, o tênis e lembra que recebem agora um parquinho que irá ser instalado na área externa. Rejane Macedo só esclarece que a única dificuldade que encontra, mas que já foi feito um pedido, é a respeito de uma ajudante de limpeza e que já foi feita a indicação de uma pessoa da própria aldeia, ela continua sua fala afirmando que hoje enquanto diretora se sente muito satisfeita com a contratação realizada esse ano dos dois professores indígenas e que isso foi objeto de muita luta do povo guarani de Maricá. Ela lembra o desejo da aldeia que a alfabetização fosse feita na língua e assim é feita, entre sete e oito anos a introdução da língua portuguesa é feita, mas sempre respeitando a interlocução dessas duas línguas. Maria Oliveira pede para complementar a fala da Rejane Macedo sobre a questão dos indígenas que precisam completar o estudo fora da aldeia, de qual forma eles irão chegar até esses locais. A mesma ser esse o ponto onde se tem brigado bastante para ter uma solução, mas até agora nada. “O ideal seria um ônibus escolar e essa é uma grande preocupação que tenho reclamado semanalmente, por isso, reitero aqui o de ajuda ao CEDIND no sentido de cobrar a Secretaria de Educação sobre essa questão de transporte escolar para as duas aldeias” conclamou. Luana Braz se compromete a fazer um ofício solicitando essa demanda a “Secretaria de Educação” concluiu. Resumo de Ata Ordinária Sumaríssima Cedind - 25/10/19



Fotos: Reinaldo Cunha

Finalizando a Assembleia Geral, o Cacique Felix encerrou a reunião dizendo estar muito feliz com o encontro.” Eu não esperava que essa reunião transcorresse do jeito que foi. Porém, graças a “Nnhanderu” veio um luz e o caminho certo. Espero que possamos mudar e sei que é um desejo de todos das aldeias. Todos estão ansiosos para essa mudança e não vejo a hora para nós estarmos morando nessa nova aldeia” agradeceu.

**Educação Indígena – Araponga:** A Assembléia Geral Ordinária do CEDIND, foi realizada na Aldeia Araponga, em 31 de maio/2019, na “TekoáGuyraitapuPygua” (pronunciada/GuãraitapúPã'guá/). A aldeia é conhecida pelos não-indígenas como Aldeia Araponga. A aldeia está localizada em comunidade indígena guarani no município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, em unidade de conservação ambiental no Distrito de Patrimônio.



Foto: Reinaldo Cunha – Vice Cacique Nino Vera

Abrindo a solenidade. O vice Cacique Nino Werai', presidente do CEDIND, representante dos povos Aldeados, parabenizou a todos os presentes, relatando os principais pontos importantes ao seu ver: “O objetivo principal da presença de todos, aqui em Araponga, é conhecer os problemas de perto e ver a nossa realidade, principalmente no acesso pela estrada que liga a aldeia. Além disso: temos o problema da iluminação elétrica precária em Araponga; Os problemas do atendimento de saúde e de educação, pois, estamos sem médicos, sem a contratação de professores, e não dispomos de material pedagógico, para o funcionamento da escola. São muitos assuntos para tratar, porém, algumas conquistas estão a caminho como: Já podemos observar a melhoria da estrada para chegar em Araponga. As coisas estão acontecendo, mesmo que imperceptível”, salientou Com

relação as demandas de Educação Nino Vera comenta: “A Escola-Extensão de Araponga, não tem nada: não tem professor/ material didático ou recurso para a escola funcionar”, externando revoltosa. Em seguida foi dada a palavra ao Alexandre da Juventude indígena que comentou que a grande dificuldade dos jovens indígenas era a repetência:

“Foi muito difícil a continuidade no ambiente escolar, pois, os obstáculos, preconceitos são muito grande. Consegui terminar o fundamental e o básico com muitas dificuldades. Fui para Ubatuba que tem uma escola de ensino médio regular, que são mais sensíveis aos indígenas. Minha meta e fazer o ENEM e curso de cinema para divulgar o nosso saber, a nossa cultura. Dessa forma penso em compreender as nossas dificuldades na área de saúde e educação. Tenho aprendido muito com os mais velhos da aldeia, e é isso que nos dar força para continuar. Alguns brancos até procuram saber sobre nossa cultura e eu explico a eles. Mas, mesmo assim nos criticam e isso a gente percebe no olhar”. Concluindo, Finalizou: “Acho que faltam os pais dos alunos um conhecimento maior sobre os povos indígenas”, reclamou.



Reinaldo Cunha e Pajé Cacique Augustinho da Silva

Em prosseguimento o Sr. Nino Benite, pediu aos conselheiros que assumam a responsabilidade de enviar denúncia aos órgãos competentes sobre a falta de livros e professores na escola da aldeia Araponga Com relação a educação, Nino Benite, diz estar tranquilo, pois a diretora, prometeu fazer investimento na escola. Aproveitou também para questionar a todos: ‘Qual o motivo para não ter investimento na Aldeia Araponga?’ “Eu tive que colocar minha filha em Patrimônio para estudar, pois aqui não tem condições de aprender nada” sinalizou. E isso é muito ruim diz: “Os jovens estão deixando a aldeia para ir para a cidade.



Fotos: Reinaldo Cunha

A professora saiu da escola e não houve ninguém para ser posta em seu lugar”. Com relação à infra-estrutura, “Falta material didático e pedagógico; professores, material escolar. Temos que fazer uma reunião com todos os caciques e os responsáveis pela educação indígena para tentar criar condições de se fazer um ensino feito por indígenas com uma estrutura apropriada”. acrescentou. Com relação ao apoio a permanência do professor na cidade. Nino diz que as aldeias são de difícil acesso, sendo necessário alojamentos para que os educadores permaneçam durante a semana. Com relação ao transporte para chegar na Aldeia Araponga, Nino Benite comentou: Com relação a demandas da situação da Aldeia Araponga, vejamos a Ata Sumaríssima Cedind, dia 31/05/19.

[...] Como as aldeias são de difícil acesso é necessário alojamentos para que os educadores permaneçam durante a semana. Enquanto Monalyza, eu e as pessoas do fórum estavam vindo, o conselho debatia sobre a suposta estrada que deveria estar sendo feita pelo município de Paraty, que ligaria a pequena cidade de Patrimônio à aldeia. Discuti-se bastante sobre questões de ordem técnica, onde haveria a necessidade de caneletas nas laterais da pista, pois Paraty como é região de

fortes chuvas, há o risco de destruição da pavimentação de concreto feito na estrada. A prefeitura de Paraty prometeu colocar concreto na estrada, de Patrimônio até a aldeia Araponga, se fazendo haver necessidade de obras de infraestrutura. A prefeitura diz que está vindo fazer uma obra, onde planejou colocar 850m de concreto, de Patrimônio através da estrada que liga até a aldeia, tentando melhorar os pontos de maior risco ao veículo. Dessa forma seria possível trazer material escolar, cadeiras, mesas e livros para a escola, assim tornando possível às aulas dentro da aldeia Araponga. O colégio Bracuhy é o único que tem formação até o ensino médio de alunos indígenas com ensino de professores formados também indígenas. Porém apenas o colégio Bracuhy sozinho não dá conta de todos os alunos indígenas aldeados. O Sr. Nino fala que daqui a 15 a 20 dias irá haver uma reforma na escola, que já está sendo feita em Rio Pequeno. Porém admite que isso já é uma promessa antiga, feita pela prefeitura e pelos órgãos da Secretaria de Educação, que enquanto fazem promessas tiram mais tempo dos indígenas, que continuam sendo obrigados a deixar a aldeia para rumar a vida longe do restante da família, sofrendo cada vez mais com a exclusão social. A idéia de aprofundar em termos institucionais um órgão especial de educação dentro do CEDIND é apenas uma idéia teórica que não vai passar do papel se as autoridades competentes decidirem não levar a Educação a sério. Já há uma comissão de Educação dentro do conselho da qual a Sra. Marise é membro, no entanto ela pede formalmente a secretaria de Educação que compareça na aldeia para fazer o levantamento de dados de tal forma que torne possível lecionar para as crianças residentes do local. Há necessidade de fazer um levantamento quanto ao material didático e infra-estruturar mínima necessária para que haja condições de ter aulas dentro da aldeia. O Conselho Estadual dos Direitos Indígenas gostaria de fazer um pedido formal à Secretaria de Educação para que haja alojamentos dentro da aldeia, tendo como objetivo uma futura permanência dos professores dentro da Aldeia Araponga. Por enquanto não há condições de mobilidade para sair e entrar da Aldeia sem a presença de veículos com tração dianteira e traseira. A estrada que liga Patrimônio à Aldeia Araponga está em péssimo estado de conservação. O Cacique Domingos da aldeia Bracuhy já a 3 anos como cacique, técnico de enfermagem e motorista foi convidado a participar da reunião. Ele quer respeito da Educação com a comunidade indígena. O Sr. Nino deseja pedir em documento para a Defensoria Pública estadual em ação com a SEEDUC/RJ (Secretaria de Estado de Educação) e o Conselho Regional, que haja condições dignas para a educação indígena no Dentro do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas houve a idéia de se criar, ou, melhorar o Conselho Especial de

Educação Indígena no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de inserir nas comunidades indígenas o processo de desenvolvimento educacional. Essa foi uma das idéias propostas na reunião, onde os superintendentes da área da Educação necessitam se fazer presentes na aldeia, para que, assim, percebam quais as reais condições de trabalho e a necessidade de obras de infra-estrutura para que assim haja condições ideais para o ensino, conforme propõe a lei. O Sr. Carlos Tukano, presidente do Conselho Indígena, pela parte dos não aldeados, entrou em contato diretamente com Ronaldo Lapa, Subsecretário de Articulação Política e Acompanhamento de Municípios, com o objetivo de fazer o mapeamento das necessidades e exigências das comunidades originárias no Estado do Rio de Janeiro. A Ausência de professores, e principalmente também, de professores indígenas fazem falta na escola da Aldeia Araponga, onde, embora protegida, não está recebendo o apoio necessário do Estado do Rio. O Sr. Carlos Tukano, diz se preocupar com a saúde do povo indígena, e ressalta também os pontos da educação já abordados, a falta de professores e livros, são as maiores reclamações, juntamente a questão da infra-estruturar. Estado. Diz também que já existem “Juruás” (termo Guarani que significa não indígena) que se preocupam com os indígenas, e pede a Yanderú (Deus indígena) que de proteção aos indígenas e atenção às questões apresentadas. O Sr. Domingos Venite fala da questão da SESAI que estaria sofrendo riscos, tanto de corte de verbas, como também de desatenção da Saúde, ele diz que os direitos indígenas são assegurados pela constituição de 1988. Ele alerta que o Secretário Municipal de Saúde se negou a fazer o atendimento aos indígenas, e pediu um tratamento especial às crianças e aos anciãos. Também abordou a questão da educação, da falta de escolas dentro da comunidade indígena, e pede à Educação para não esquecer das crianças indígenas. O Sr. Fábio Néridos Santos tratou da questão da cultura e da diferenciação da educação indígena, pedindo profissionais que possam fazer a logística de professores da aldeia, que possam residir lá e com isso ensinar as crianças da aldeia sobre o modo de vida indígena. O Sr. Nino Berites, alerta o problema de *bullying* que os alunos sofrem nas escolas, que o modo de vida indígena merece respeito e a cultura deve ser preservada, com isso a Sra. Marize pede projetos de inclusão social às crianças dentro das escolas, e assim fazer trabalhos de socialização dentro da escola. O Sr. Nino Benites novamente reitera o pedido a SEDUC (Secretaria de Estado e Educação), Conselho Estadual de Direitos Indígenas, e a secretaria regional, para fazer uma melhora na questão educacional e em geral unindo também a questão da saúde. Houve uma sugestão de tratar de uma reunião com a Secretaria

de Educação, juntamente a uma comissão especial de educação indígena para tratar da questão educacional dentro das aldeias. O Sr. Reinaldo de Jesus Cunha levanta a questão da aprendizagem e o lecionar para as crianças da aldeia, explicando a diferença entre alunos não indígenas e os indígenas aldeados, tratando da forma de se perceber e compreender o mundo em sua volta, ele explica que o ideal seria uma parceria entre alunos de faculdade e originários da terra para criar um intermédio de locução que se possa equilibrar a aprendizagem entre um modo de vida das pessoas da cidade e das aldeias indígenas, para que assim percebam-se as reais dificuldades de logística e infraestrutura existentes. Quando as crianças indígenas vão para escolas na cidade, elas se deparam com questões de preconceito e discriminação, graças a isso elas se deparam com a falta de segurança e respeito dentro de escolas “jurás”. Alexsandro, da Comunicação das Comunidades Tradicionais falou da importância de estar presente na roda de conversa, Mora na Aldeia de Ubatuba e relata que as coisas não são muito diferentes entre uma Aldeia e outra, hoje cursando o Ensino Médio no CEBRA, mas lembra que começou os estudos ali na Aldeia de Araponga e fala sobre a dificuldade que é estudar o ano inteiro e no final do ano não ter nenhuma comprovação que esteja cursando aquele ano referente. Conta da sua trajetória saindo desde os 12 anos de idade junto aos movimentos, acompanhados do *tiramões* e que a partir desses movimentos que se percebeu a necessidade de muito além, além do que se tem dentro das Aldeias, que foi estudando na cidade que descobriu o que é bullying ali dentro da escola sofria diversos tipos de preconceitos diz que só pelo fato de ser índio já era motivo para que os outros se sentissem afetados que ele e sua sobrinha eram os únicos Indígenas na escola da Cidade, relata que já escutou dentro de sala de aula que não poderia estar ali, porque índio tem que viver na mata! Diz que os *tiramões* o ensinaram que tem que deixar pra lá e relevar e que com esse pensamento ele só queria logo se formar e dali lutar pelos seus mais velhos e assim com muito esforço conseguiu terminar o Ensino Fundamental. Diz ter procurado o Estado para conseguir concluir seu Ensino Médio pois o mesmo não tinha na sua Aldeia, que o Estado é um pouco mais atencioso com o ensino indígenas, porém não é ainda o ideal, relata com extrema felicidade que fez sua inscrição para o ENEM e que está muito confiante sobre sua aprovação e irá fazer faculdade de cinema, que sonha em fazer filmes para sua comunidade e em todos os movimentos já faz fotos e filmagens das lutas de tudo que se precisa fazer para melhorar a vida dos seus parentes. Enfatiza que não é só saúde, não é só território que tem que brigar pela educação indígena, que a escola é um lugar para se aperfeiçoar o que eles já aprenderam

nas Aldeias também, tudo que se aprende com os *tiramões*, que nas escolas tradicionais só aprendem a fazer contas, mas que isso tudo não se aplica nas Aldeias, lembra que muitos ali não sabiam nem ler nem escrever e mesmo assim fizeram muito por suas comunidades e que se não fosse eles não teria mais nenhum Indígena ali. Sr. Reinaldo faz uma pergunta ao estudante Alexsandro: Qual é a relação do índio com a própria natureza; A cosmologia e identidade indígena? Alexsandro, respondeu que a melhor forma explicar sua cultura e com respeito à diferença. Para ele: A falta de respeito aos pais dos filhos *juruas*, tem levado “geração á geração” a desrespeitar aos indígenas. Independente de qual raça seja, deve haver respeito ao próximo acima de tudo. “*Jurua*” significa não indígena e que *tiramões* significa os indígenas mais velhos. Sra. Monalyza pede que se obedeça a ordem de fala por conta horário já ter se estendido além do programado. Professor responde sobre a pergunta relacionada a cosmologia , diz que os Guaranis em específico tem outra visão, que já estudou em diversos lugares, diz sobre os mitos Guaranis, que os amazonas e tantas outras etnias tem seus mitos e elogia e diz que todos precisam saber sobre eles, mas enfatiza os mitos Guaranis que a grande questão é essa, que os Guaranis têm o saber do mundo, são os mitos que vem a partir da natureza, que a partir daí pensamos também como natureza, temos que ter esse respeito, o que ouvimos os cientistas falando que somos água, somos sim, somos natureza, somos tudo! Só que os Guaranis levam esses pensamentos muito mais a sério, não que os *juruas* não pensem também nisso mas eles aprendem isso e esquecem. Eu entendo que não posso pegar uma pedra no meio do mato sem antes pedir a natureza, na ciência não é ensinado isso ele pergunta que a natureza é viva? Os Guaranis também são vivos, e a gente respeita porque se é vivo tem dono, os Guaranis não tiram nada da natureza sem necessidade, não derruba uma árvore para se fazer casa. Eu como *tiramão*, como mais velho com todo meu conhecimento preciso levar isso pra dentro de sala de aula, todo esses mitos e ensinamentos que nós temos é muito rico, é tão bacana que temos que levar isso até o ensino. Só que infelizmente o Estado não reconhece, e não vai reconhecer nossos ensinamentos como matéria, mas a gente faz a nossa parte, e assim finaliza sua resposta a pergunta do Sr. Reinaldo”.

Finalizando a reunião, o Pajé Cacique Acende Fogo, Augustinho da Silva, agradeceu a presença de todos, se dizendo entusiasmado pelo sucesso da reunião e cobrou providencias as demandas apresentadas.



Fotos: Reinaldo Cunha – Coral Guarani Araponga

**Rio Pequeno - Guarani Nhandeva:** Em, Vinte Oito de Junho de Dois Mil e Dezenove, em Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas – CEDIND, em prosseguimento as reuniões descentralizadas A reunião começou com a fala do Cacique Demeio onde o mesmo fez um balanço das principais demandas da Aldeia, a começar pela Demarcação do Território junto a FUNAI e o Governo Federal, pois o estudo antropológico já foi feito e se faz necessário o prosseguimento do estudo. Segundo o Cacique Demeio, muita gente tem ocupado o território esperando indenização do governo e muitos dos indígenas estão sendo ameaçados por posseiros.



Foto: Reinaldo Cunha

A prefeitura de Paraty tinha assumido um compromisso com os indígenas, mas o que estamos vendo, é a prefeitura virar as costas para a comunidade. “Esperamos também que se materialize a indenização aos moradores em nosso território, coisa que ainda não ocorreu. Quando começaram os estudos da demarcação de nosso território, existiam quatro casas. Mas agora, com a possibilidade de acontecer a demarcação, já passam de cinquenta moradias” disse Demeio. Após o relato o Cacique Carlos Tukano presidente do CEDIND do Contexto Urbano e o Vice Cacique Nino Vera, presidente respectivamente dos Aldeados, saudou todos presentes

dizendo: Esperamos também que se materialize a indenização aos moradores em nosso território, coisa que ainda não ocorreu. Quando começaram os estudos da demarcação de nosso território, existiam quatro casas. Mas agora, com a possibilidade de acontecer a demarcação, já passam de cinquenta moradias. **Sobre a Aldeia Rio Pequeno:**

Somente em 1972, com a abertura da Rodovia Rio-Santos, eles foram “descobertos” pelos fluminenses e o restante do Brasil. Até. Rio de Janeiro - Duas aldeias indígenas guarani podem ser reconhecidas no estado do Rio de Janeiro e outras duas podem ser ampliadas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) estuda a demarcação das comunidades de Rio Pequeno e Arandu-Mirim, localizadas no sul fluminense, entre as cidades de Paraty e Angra dos Reis, onde vivem cerca de 60 índios. Em entrevista à Agência Brasil, o assessor da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, Aluisio Azanha, confirmou a informação e disse que os estudos com os limites das novas áreas estão sendo finalizados ou em análise no órgão. O objetivo é atender às necessidades de reprodução física e cultural dos grupos, conforme determina a Constituição. A antropóloga Maria Inês Ladeira, que estuda os guarani fluminenses há pelo menos 20 anos, afirma que as aldeias não são novas e que a etnia tem o hábito de migrar de um território para o outro. Isso significa que os grupos em estudo surgiram a partir das aldeias de Bracuí, em Angra, ou de Paraty-Mirim e Araponga, em Paraty, reconhecidas pela Funai, atualmente, com 600 indivíduos. A aldeia de Rio Pequeno está localizada entre Paraty e Angra e a de Arandu-Mirim fica no Saco do Mamanguá, em Paraty. De acordo com Maria Inês, esses indígenas preservam tradições guarani como a língua, rituais, cosmologia (que explica a origem da vida) e técnicas de plantio. "O território para o guarani não tinha fronteiras. Eles percorriam toda a região, inclusive, existem trilhas para comprovar isso. Não tinham a preocupação com limites, tampouco, a noção de que aquilo seria loteado e eles ficariam sem espaço", afirma Maria Inês, coordenadora do Programa Guarani da organização não governamental Centro de Trabalho Indigenista (CTI). "É uma área de ocupação antiga, de outros grupos familiares, utilizada para coleta e caminhada, que passou a abrigar famílias ligadas às de Paraty-Mirim, mas que estão formando outro grupo doméstico e que solicitaram a identificação dessa ocupação", complementou. Continuando, Maria Inês disse que as duas aldeias que devem ser ampliadas são Araponga e Paraty Mirim, em Paraty. De acordo com ela, o crescimento populacional e a dificuldade de acessar recursos naturais, como os rios, mostram que as terras são insuficientes para a sobrevivência dos grupos. À época da definição dos limites, segundo a antropóloga, o

trabalho sofreu pressões por causa da especulação imobiliária, já que a área é supervalorizada para o turismo e enfrentou uma série de questões administrativas. “Em toda essa região, qualquer área que os índios pleiteiem, sempre vai ser motivo de contestação. Por isso, os estudos tem que ser bem fundamentados. Ainda que as áreas estejam ocupadas irregularmente ou sejam alvo de extrativismo ilegal, é sobre os índios que pesa o maior preconceito, são eles os acusados de impedir o turismo e desvalorizar a área.” O superintendente da Funai no Rio, Cristiano Machado, disse que existe "pressão" em qualquer processo de regularização de terra indígena. Segundo ele, a fundação vai confrontar os problemas à medida que eles aparecerem, com estratégias para assegurar os direitos dos índios. “Pressão sempre vai existir. São áreas que estão ocupadas por posseiros, são terras griladas ou até adquiridas legalmente. Precisaremos fundamentar bem com os estudos”, afirmou, ao estimar que os laudos com informações ambientais e antropológicas devem sair até o final do ano. Além dos grupos indígenas do sul fluminense, o Rio abriga a aldeia TekoáMboyTy, com 60 guarani originários de Paraty-Mirim, instalada provisoriamente em uma antiga sambaqui (cemitério) em Camboinhas, região oceânica de Niterói. A FUNAI estuda a transferência deles para Maricá, na região dos lagos, onde terão mais possibilidades de plantio. (Agência/Brasil, 19/04/10, Lílian Beraldo).



Fotos: Reinaldo Cunha

Com a fala representando as mulheres Guaranis, a Sra. D. Teófila, da aldeia -Tekoha- DJE'Y, Paraty, RJ, que reforçou as palavras do Cacique Demécio, afirmando que a preservação da natureza faz parte da identidade indígena guarani: “Os índios não estão destruindo a natureza. Bem aqui perto, tem pastos que danifica o solo, e nós aqui não destruimos a natureza e por isso queremos a demarcação de nossa terra” ratificou. Em resumo da discussão sobre a Demarcação de Rio Pequeno a representante da FUNAI, a Sra. Rosângela argumentou:

“A necessidade de respeitar o tempo das comunidades. Além disso, em seu depoimento relata que o cacique da aldeia Rio Pequeno o Sr. Demécio, comprou as terras ali estabelecidas, e que o termo de compra está na FUNAI e garante os direitos indígenas sobre a terra. Existe um roteiro de qualificação para garantir a demarcação de terras e um grupamento de demarcação de terras, com isso a prefeitura de Maricá juntamente a FUNAI colocaram as terras sob ordem dos órgãos responsáveis. O estudo preliminar que foi feito em Rio Pequeno garantiu a terra do cacique Demercio, dado o fato informado de que ele comprou aquelas terras já há muito tempo, porém há muito interesse na questão da terra graças à especulação imobiliária. Porém o desenho proposto não dá a entender que o estudo foi pré- elaborado, a contestação dos vizinhos vai começar uma disputa jurídica, já que o cacique da aldeia comprou o ‘Termo de Posse’. A intervenção pública pode frear o desmatamento, porém não há amparo do município, “Paraty parece às vezes não querer os índios na terra” alega o Sr. George Mendonça Martins, em seu depoimento, conta sobre a importância da participação do Estado na aldeia, e diz que se preocupa que o documento elaborado na reunião não chegue às autoridades responsáveis. Sobre a presença do IBAMA na aldeia Rio Pequeno: Disse,, ser necessária uma aliança entre indígenas e o conselho dos indígenas, concluiu”. (Resumo: Ata Sumaríssima Rio Pequeno 26/06/19)



Com relação a questão educacional, a Coordenadora da Comissão Setorial de Educação Marize Vieira, do CEDIND, disse que gostaria de saber, se estão entrando recursos da Secretaria de Educação nas escolas indígenas. Pois, no concreto não dá para perceber de concreto, se efetivamente as melhorias nas Escolas das Aldeias estão acontecendo, e questiona-se: “As escolas faltam professores. Na verdade o que falta de fato para haver uma melhoria na educação indígena”? Continua: “Ela diz que mesmo com a falta de professores de português e matemática. E os alunos continuam se

formando”. Tem que haver uma compensação sustenta: “Ela exige uma política de compensação para os alunos que se formaram sem as aulas necessárias de matérias importantes, como português e matemática, que não podem ser dispensadas”. Com a palavra a Sra. Ronia, diretora do Colégio Indígena Estadual Guarani KaraiKuery Renda, diz que viu muita coisa que não concordava, que constatou, que a SEDUC não parecia ter ciência do que estava acontecendo dentro do colégio indígena. Vejamos o que diz a Ata Sumaríssima; 28/06/19:

[...] Ela diz que muito do que ela esperava que mudasse não mudou, e assim ela chegou a diretoria de educação, e lá ela pode expor a realidade da causa indígena, calendário irregular, terminando dia 31 de Maio, o calendário escolar da escola indígena não bate com o do restante das escolas, ela conseguiu apoio de um parlamentar para tentar readequar a situação. A diretora do colégio indígena analisa a demora dos professores indígenas serem contratados se dá graças ao esquecimento do Estado com os indígenas. Estão consertando muitas coisas, e uma das situações dos contratos foram melhoradas, porém ela diz que a situação da educação indígena no Estado do Rio é a pior do Brasil, o professor indígena não é formado em Guarani, por isso está tendo dificuldades para dar aula para os alunos, é necessário por questões de pedagogia que os professores indígenas tenham alfabetização em Guarani. Ela relata que a direção da escola foi ouvida pela primeira vez, que quem pisa nas aldeias para ouvir os indígenas são os diretores da escola indígena, a Sra. Ronia diz que haverá novas contratações de professores tanto indígenas quanto “Juruás” para trabalharem em conjunto na alfabetização das crianças indígenas. “E Araponga também irá começar a obra agora diz ela, e conta que há uma oferta de trabalho para trabalhar nas escolas indígenas tanto dos indígenas quanto dos não indígenas”.



Fotos Reinaldo Cunha – Cacique Demécio

Com relação as demandas de Educação nas Aldeias, o jornalista Bruno Affonso, relatou a precariedade das instalações das escolas indígenas de Paraty: em reportagem no jornal Extra de 06/09/15.

[...] “Sem conhecer o indígena não dá para conhecer nosso país. Estudar não é programa de índio em Paraty. As três escolas em áreas de tribos Guaranis, que são consideradas rurais, foram fechadas no fim do ano passado por falta de professores — e só reabriram, em duas delas, no final de agosto. Outra segue à espera. Enquanto isso, as crianças ficaram sem aula ou foram para os colégios em áreas urbanas. — Os colégios da cidade não atendem as necessidades deles. Aqui eles aprendem tudo na língua guarani. Além disso, há problemas no transporte. Os alunos de Rio Pequeno, por exemplo, precisavam às vezes andar até quatro horas para chegar à escola — contou um professor da região que trabalha com os índios. [...]A Escola Indígena Estadual Guarani KaraiKuery Renda tem a sede em Bracuí, Angra dos Reis, e três salas de extensão, em Rio Pequeno, Paraty Mirin e Araponga, todas em Paraty. O prédio principal tem quatro turmas e duas salas. No ano passado, ela atendia 132 crianças de 1º ao 5º ano. As salas de extensão — que, em teoria, fazem parte da mesma escola, mas estão em locais diferentes — é que sofrem com a falta de professores. — Moramos a 10km do vilarejo mais próximo onde tem uma escola urbana, mas elas precisam de uma educação específica — conta Tupã Poty, índio de 50 anos que reúne as crianças em um projeto de arte e educação: — Eu ensino um pouco de português e matemática através de trabalhos artísticos. [...]A Escola Indígena Estadual Guarani KaraiKuery Renda tem a sede em Bracuí, Angra dos Reis, e três salas de extensão, em Rio Pequeno, Paraty Mirin e Araponga, todas em Paraty. O prédio principal tem quatro turmas e duas salas. No ano passado, ela atendia 132 crianças de 1º ao 5º ano. As salas de extensão — que, em teoria, fazem parte da mesma escola, mas estão em locais diferentes — é que sofrem com a falta de professores.

Após o levantamento das demandas realizadas na Aldeia Rio Pequeno a serem encaminhadas ao CEDIND. O presidente Carlos Tukano, disse que todas as demandas foram anotadas pela Secretaria Executiva para as providencias necessárias.

**Aldeia Sapukau/Bracuhy – Cedind em 30 de agosto de 2019.** Abrindo a solenidade, o Presidente Carlos Tukano, do Contexto Urbano, dar por aberta solenidade, dando boas-vindas a todos e todas presentes, lembrado que o ciclo de reuniões descentralizadas nas aldeia, como pactuado foram realizadas com sucesso. E que as próximas reuniões serão na capital do Rio. Agradeceu aos Aldeados pela presença assídua em todas as reuniões, apesar das dificuldades, de transporte, alimentação, hospedagem. Aproveitou também para informar que o Cacique Domingues e o Vice-Presidente Nino Benite. Não puderam comparecer por motivo outros. Em seguida passou a palavra para o vice cacique Aldo Fernandes Ribeiro da Aldeia Sapukay que abriu a solenidade, na ausência do Cacique Domingues, Falou representando a aldeia. O mesmo agradeceu a presença de todos e pediu para que falássemos primeiro para ele tomar conhecimento dos fatos, e em seguida falaria a respeito.



Foto: Reinaldo Cunha

Em seguida foi dada palavra ao professor Argemiro da Silva, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio, para colocar a respeito dos problemas da Educação Indígena. Com a palavra, Argemiro contou que a educação se encontra muito precária, Questionou a ausência da FUNAI

que deveria estar atuando e simplesmente não aparece para ajudar a população. Lembrou que à 30 anos foi formada a primeira turma de magistério Guarani, a primeira do Rio de Janeiro. Disse estar feliz com a inclusão (português/Guarani), na formação bilíngüe. Luana Braz fez um retrospecto dizendo que a Mesa Diretora do Cedind, deveria criar um protocolo de demandas, e apresentar a Comissão de Educação, para que se possa avançar as demandas de educação. Esclarece que a comissão é Permanente: “Deve-se extrair dali o que de imediato se pode atender as Aldeias com a criação de uma cartilha para com temas relacionados, para que a partir daí: sejam feitas capacitações com os funcionários, para que possam estar preparados para agir diante da população indígena’. Com relação ao ensino médio, Argemiro diz que vê muitas crianças saindo da Aldeia para conseguir se formar fora, e pede devida atenção. “É que as vagas em escolas tradicionais não adianta, pois, o ensino tem que ser diferenciado”. Continua: “Depois de 13 anos na escola comunitária, o Estado tomou posse do prédio e intitulou como escola”. Porém no seu entendimento: “Escola tem que ter: banheiro, refeitório, secretaria, sala de informática e todos os direitos que tem os brancos. O Estado precisa contribuir com a estrutura correta”, conclamou.



Foto: Divulgação – Google - Domingos Venite

Lembrando: a Coordenadora de Educação Mariza Vieira, disse que questionou Diretora Rônia em Rio Pequeno, e a mesma respondeu que os alunos terminaram o 9º ano e estavam com diploma e em Paraty Mirim também. Quando perguntado como iria compensar a falta dos professores de português e matemática que nos últimos dois anos não tiveram as matérias. A mesma limitou-se a dizer que estava resolvido. “O engraçado é que ninguém da Aldeia está sabendo nada a respeito”. continuando: “Sobre o ensino médio a mesma disse que iriam começar já”, Mariza Vieira sugere que seja feita uma denúncia, porque, é racismo institucional. “O Estado é racista com a população indígena em todos os sentidos, assim como: saúde, educação, direito a água potável e saneamento”, sentenciou. Com a palavra o Conselheiro Reinaldo Cunha sugeriu encaminhar a comissão de educação, para agendar uma reunião com Secretaria de Educação, com a seguinte pauta: Contratação de professores, e a situação das matrículas no ensino médio”. O Conselheiro Sérgio Ricardo, Grumim, disse que os jovens irão perder mais um ano letivo e cobrou providências: “Isso é uma questão muito séria, pois devemos comunicar a Defensoria Pública do Estado e a Defensoria Pública da União que estamos em setembro, e os alunos das aldeias estão sem aula e nada acontece”, sugeriu. Conhecendo as demandas de Educação através da Ata enviada ao Cedind, pelos Aldeados de Sapucaí, em 5/11/19.

“A reunião para ouvir os problemas que a comunidade está sofrendo. Presentes: Conselho Estadual de Educação: Lucas, Lino, Claudio Benites. Professor: Daniel Benites (Também aluno do Magistério Indígena) Alunos do Magistério Indígena: Cláudio Silva, Francisco da Silva, Isaías Aquiles, Leonardo Aquiles. Alunas que esperam a implantação do Curso de Formação Geral: Lucilene Aquiles, Ivania Aquiles. Agente de saúde: Lucia Borges da Silva. Pais e mães, alunos e alunas que compõem a comunidade Guarani M’Byá. A reunião iniciou com a comunidade falando sobre os problemas que a afligiam. Lino: levantou os problemas junto à comunidade e lideranças com relação ao magistério indígena e os problemas que os afeta com relação aos problemas causados pela direção da escola. Ele relata que o problema começou com a reclamação do transporte e da organização das salas. Ele afirmou que a diretora é preconceituosa com a comunidade e a discrimina. Explicou que o juruá não conhece a comunidade, e por conta de suas ações ela, a diretora é

preconceituosa com as crianças. Já fizeram 3 reuniões que ele relatou estes problemas mas ela responde com ironia. Falou que é bom que o Cristino da FUNAI e eu representando o CEDIND estivéssemos presentes. Ela diz que faz o que a comunidade manda, mas não é isto que ela realmente faz. Não é ela que precisa e sim as crianças e a comunidade. Ela falou que iria começar o curso de formação geral e até agora não começou. Analisou que por falta da sala, estudam no CEAP, fora da aldeia, enfrentando a noite, chuva e preconceito. Estão fazendo esta reunião em busca de melhorias, e afirmou que quem colocou esta questão da direção foi ele, Lino, porque quando alguém fala mal das crianças, está falando contra a comunidade. Pediu que nós ajudemos a solucionar estes problemas. Pedi que ele desse um exemplo: Ele colocou que reclamaram da falta de fruta e ela respondeu com uma pergunta se as crianças não comerem fruta, carne ou merenda vão morrer? Claudio Benite: falou sobre o magistério que a diretora foi contra a implementação e que ela sempre tenta dificultar, falou das ironias que ela faz e que os alunos do Magistério sentem e que fizeram reclamações sobre o transporte e ela se recusa a conversar de forma profissional, e quando conversa pergunta se eles querem UBER? Transporte? Afirmando que não adianta pedir porque ninguém quer fazer serviço para o índio. Tiveram formação continuada com a UFF e eles usavam transporte terceirizado para fazer a formação continuada e que ela não autoriza mais o transporte e este curso está parado por conta disso. Ela também está construindo uma política de fazer com que as comunidades briguem. Não sabem por que o contrato de língua guarani não foi aprovado para o professor desta matéria, Toni Tupã, e ela disse que quem está impedindo é o professor Algemiro e disse também para alguns guarani de Itaxí que Paraty Mirim não tem professor por conta do Algemiro. Tem apenas um aluno fazendo Magistério em Paraty Mirim, porque a diretora afirmou que o curso do Magistério não está valendo nada e a comunidade acreditou. Eles tem problemas com esta gestão desde que ela entrou. Ele reclamou com o Estado em uma reunião porque não tinha freezer, não tinha carne reclamou em uma reunião do conselho. No dia seguinte ela chegou com compras e disse pra ele “aqui está o que você reclamou tanto, aqui está carrega!” Célia: Mãe de aluno. Falou sobre os problemas da diretora que isto prejudica a família do Algemiro e a saúde dele. Que a diretora cria tantos problemas aqui e nas outras comunidades que ela falou para a diretora que não quer mais ela aqui e que ela cobra o ensino médio para seus filho e ela diz que o remédio e ela sair daqui Marisa Gonçalves: Mãe de alunos. Relatou que Ela vai na escola pra acompanhar o rendimento dos seus filho e colocou que a diretora acha que as mães vão pra escola pra comer a

merenda dos alunos, reclamou sobre o transporte e que o magistério não deveria acontecer na cidade. A Kombi é sem ar e não tem cinto de segurança e de vez em quando o carro quebra e a diretora não resolve e tudo acaba sendo transtorno para a continuidade do curso e que eles voltam à noite. É perigoso por conta de tráfico. A Secretaria tem que dizer por que não acontece na escola. Muitas vezes com chuva. Por conta de tudo isto não querem mais a diretora. Agradeceu a presença da FUNAI que nunca vem e não ajudam quando eles precisam.

KerexuFranciane: Professora. Ela acha que ela não está muito boa da cabeça pois ela trata todo mundo com ironia. Joga palavras ofensivas, colocou que sofrem muito preconceito onde estudam o Magistério e que alunos batem na porta e eles sabem que não podem revidar. Ela alega que a diretora diz que tem que educar eles, mas a professora questiona a fala dela pois eles já nasceram educados. Já quase houve acidente e quando o Domingos reclama ela diz que a diretora diz que o Domingos não pode reclamar que ele não manda em nada. Reafirmou que a diretora sempre foi contra o Magistério e que o Módulo 2 tinha o conteúdo Nhanderekó e que era o Algemiro que deveria das aulas mas que não sabe por que até hoje ele não foi contratado. Ela a diretora questionou que não deveria ter trabalhos em grupo porque eles não vão aprender nada. Algemiro continua estudando até hoje. Ela coloca que o Magistério é importante porque é diferenciado e por isto precisa continuar pois ele tem os dois conhecimentos: Juruá e guarani. Houve uma reunião da comunidade e a diretora chegou e como não tinha nenhum aluno do magistério ela falou que foram os alunos que pediram que fosse na cidade. Faz muito tempo que não existia esta divisão nas comunidades e tudo está pesando contra o Algemiro. Pois ela fez falas contra o Algemiro nas aldeias. Ela falou em defesa do Algemiro e disse que ela foi aluna dele e que ela quer que a diretora saia. Francisco da Silva aluno do magistério: Reafirmou tudo que já foi colocado e que eles querem que ela saia, que não é ela que tem que vir falar o que ela quer, que são eles que decidem, e que daqui pra frente ele acredita que se ela continuar vai piorar e que quando ela fala contra os guarani ela fala contra todos os povos indígenas pois só o que distingue cada povo é apenas o nome. Ela questiona a escola bilíngue, diz que se eles já falam guarani não precisa estudar guarani na escola e que não acita os ataques contra o Algemiro pois ele foi aluno dele e ele não merece. E que ela saia da nossa aldeia pois somos nós que mandamos aqui. Ortelina Benites: Mãe de alunos. O filho dela completou o ensino fundamental faz 2 anos e até hoje pede o curso de formação geral e sem necessidade ele está sem estudar. Gonçalves: Professor e aluno do Magistério. Relatou os problemas do

transporte, muito calor dentro da Kombi, problemas mecânicos e eles pedem apoio à diretora que não resolve. Quer que esta situação melhore para os alunos. Dentro da aldeia não há espaço para implantar o ensino médio na aldeia e que eles pedem uma solução de não acontece. Por não ter espaço aqui eles aceitaram ESTUDAR EM Angra e falou sobre os tiroteios que acontecem e por isto eles exigem que haja um colégio aqui na aldeia. Daniel Benites: Professor e aluno do magistério. Ela, a diretora fala que está preocupada com o magistério mas ela não tem diálogo com eles e que ela mostra que quer resolver os problemas do jeito dela. Ela abriu um edital para contratação de alunos para a escola com professores juruá e a comunidade foi pega de surpresa. Proibiu o intervalo dos alunos do magistério. A diretora não respeita a comunidade. Cristino questionou A situação é de 3 salas para: manhã 5 séries, tarde 4 turmas. Onde fica o Magistério e Formação Geral. A diretora impede de fazer trabalho de campo com os alunos. Lucas Conselheiro CEEI: Fizeram 4 reuniões da comunidade e já decidiram a saída dela. Estamos aqui pra apoiar os direitos da comunidade. O Conselho Estadual de Direitos Indígenas não está funcionando. Houve um outro conselho NEI só 4 reuniões e acabou. Se o conselho não for pra garantir direitos à comunidade não justifica sua instauração. Questiona que a FUNAI não acompanha as necessidades da comunidade e que eles não aceitam o edital de contratação com professores do primeiro segmento sem falantes de guarani. Falou da ansiedade que a comunidade está sofrendo graças a diretora que acaba criando um adoecimento psicológico. A diretora diz para os professores que eles não são nada, eles são uns “bostinhas”. Não concorda com ela como profissional, que pessoalmente ele fala com ela. Reivindica que a FUNAI esteja mais aqui. Pelo menos uma vez na semana nas reuniões da comunidade. Não querem esta divisão entre as aldeias. Pedem um documento pedindo a saída dela. Ela é 19 anos diretora na cidade, mas ela precisa saber como é uma direção das escolas indígenas. Ela não se dá bem com a comunidade. Realmente chegou no limite. Tem 2 filhas que precisam estudar no ensino médio e que não tem como estudar fora. A postura da diretora criou muito atrito entre as lideranças. Fica muito triste com tudo que está acontecendo. Envolve comunidade: família, cacique, lideranças. Querem ficar unidos com todas as comunidades. Afirmou que Algemiro tem que continuar pois, ele lutou muitos anos em defesa da do Magistério Diferenciado. Ele sabe que como esta situação adoce as pessoas. Quer estar presente na reunião com a secretaria de educação. Cristino pediu desculpas pela ausência dele e sente a situação como a diretora. Falou que no passado ele conseguia estas nas aldeias todo dia, que aprendeu muito

com seu João, que a quantidade de aldeias cresceu muito que hoje ele tem que dar conta de Ubatuba até Maricá e que ainda tem que dar conta de vez em quando dos índios urbanos em relação a relatórios no Maracanã. Hoje tem tudo pra não dar certo: Um governo que trabalha contra, a sociedade que muitos trabalham contra. Vai fazer um relatório e pedir a parceria do CEDIND para resolver estas questões e que vai pedir informes sobre as questões colocadas à SEEDUC. Uma vez por semana às terças ele se comprometeu a vir aqui. Domingos Cacique: Na 3ª reunião passaram tudo que aconteceu aqui. Ele não esperava que acontecesse isto. Colocou nestes últimos tempos está havendo problema nunca imaginou que chegasse a este ponto. O juruá quando vem pra aldeia, não pode ter ações individuais e ele se pergunta se é ela sozinha ou se há mais alguém cutucando ela. Colocou que são duas discussões: a educação diferenciada e o Ensino Médio e perguntou se como será. Que qualquer instituições, seja universidade ou outra instituição tem que caminhar em conjunto com a comunidade. Que desde os jesuítas sempre aconteceu esta divisão. O juruá sempre produziu o divisionismo. Os guarani não são bolinha de pingue pong que fica SEMPRE sendo jogado de um lado para o outro. O juruá pode até manipular ele mas só se ele não souber. Ele não quer este tipo de política aqui na aldeia. Falou que muita gente disse que ele estava apoiando a diretora mas ele não está apoiando ela. Não sabe se é só ela ou se tem mais gente fazendo esta manipulação. Pediu que nós ajudássemos na implantação do Ensino Médio. Relembrou quando o governo esteve aqui e até mediu tudo para construir a escola. Sou a favor do Magistério Indígena. Lucia Borges: Conselho local e agente de saúde. Tem 3 filho e um está sem estudar por causa de não haver o curso do Ensino Médio. Colocou que a diretora não sabe tratar a comunidade e que ela não está fazendo o que as mães acham que deve ser. As crianças tem o costume de andar descalços e quando as crianças vão assim, ela pergunta se as mães não compram calçado. Elas acham que a diretora não está trabalhando direito. As mães fizeram um abaixo-assinado para implantação do E. Médio e até agora nada. Tem medo da violência e por isto não deixa ele estudar na cidade. Quer resposta pra isto. Cristino tem que ajudar mais as mulheres da comunidade, ele está aqui pra apoiar a comunidade. “Tem que estar mais presente” finalizou.



Finalizando a Reunião, o Cacique Carlos Tukano agradeceu aos presentes pelo sucesso, dizendo que o Cedind, é uma instituição que veio pra ficar e fazer.



Fotos: Reinaldo Cunha

**Aldeia Pataxó Iri- 29 de Agosto de 2019:** Em reunião Ordinária realizada na Aldeia Pataxó Iiri, realizada em Paraty, em 30/08/19. O Presidente do Cedind, em Contexto Urbano Carlos Tukano, abriu a solenidade saudando a todos os presentes, dando por aberta a reunião. Logo em seguida o coral pataxó, canta e dança em ritual para saudação dos presentes. Em seguida o Sr. Presidente saudou os anciões, caciques, em particular: o Cacique Hágui (Leo) da Aldeia Irirí, a Vice Cacique Nawà, Ancião Pedro, Alberto. As conselheiras Maria Tânia, Assunsena, Aporinan, os parentes pataxós, e demais membros das aldeias. “Em nome do Cedind, agradeço a oportunidade de estarmos na ação pratica, in loco, para debater, dirimir os problemas na Aldeia” saudou.



Em seguida passou a palavra para o Conselheiro o Cacique Leonardo, para as considerações iniciais. “Vou falar um pouco da nossa história, donde viemos, pois agente, vimos da Bahia, a mando do nossos encantados. Na Bahia tem muitos conflitos com fazendeiros, e nossos guias mandaram vir para cá. Tivemos muitas dificuldades de nos instalar, mas ocupamos esse território. Hoje nos estamos aqui, mas podemos mudar, pois somos livres. Logo que nos instalamos, procuramos o Ministério Público Federal, que intermediou com o MP do Estado do Rio, para que pudéssemos expor

nossas dificuldade pedindo apoio. Quando nos instalamos apareceu uma pessoa dizendo ser dono desse território, mas o documento que ele apresentou é inverídico, e foi objeto de contestação pelo MP do Estado do Rio de Janeiro. Os que se dizem dono, reivindicam essa área e quer fazer um acordo para agente trocar de área. Essa negociação está em andamento, hoje sabendo que eles não são os donos. Estamos reivindicando aos órgãos competentes a sete meses: Luz para atender a nossa Aldeia sem sucesso, Precisamos armazenar remédios, outros utensílios, e sem luz não dar. As vezes a luz ajuda e outras atrapalha, pois com ela vem a tv, celular e isso compromete nossos jovens. Tem um documento que elaboramos para FUNAI, e temos que refazer, pois o documento extraviou. Nos sabemos que quando falamos de povos indígenas tudo envolve a FUNAI, mas estamos aqui e o município tem que nos atender” conclamou.



Fotos: Reinaldo Cunha - [https://www.youtube.com/watch?v=nZqVp\\_x5gXs&t=275s](https://www.youtube.com/watch?v=nZqVp_x5gXs&t=275s)

Em seguida passou se a palavra ao representante da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty, que falou da atuação da Secretaria: “Bom, energia é proveniente de Licença Ambiental, seja para o asfalto ou comunidade indígena. Se estiver próximo ao Rio ou em área permanente, agente não

autoriza. Mas não tendo esses empecilhos, obstáculos, nos autorizamos com o preenchimento de um formulário padrão. A concessionária de energia elétrica tem dificultado do atendimento das demandas apresentadas pelo órgão. E para resolver o impasse estamos acionado o MP. O prefeito de Paraty o Sr, Vidal, chamou a concessionária para uma Audiência Pública, para discutir os entraves. Mandaremos o convite para o cacique para estar participando, concluiu. Toni Lotar, indigenista e representante da Fundação Darcy Ribeiro, fez breve exposição de motivos, esclarecendo que: “A atuação das Concessionárias quanto recebe a outorga do Estado, ela tem que trabalhar com a prefeitura. Ela também tem que fornecer Luz para povos isolados, carentes e vulneráveis. Isso não é nenhum favor. Pois esta implícito no contrato as contrapartidas que eles tem que prestar serviço, em uma espécie de contrapartida” salientou.



Com a palavra a Conselheira Luana Braz, da Secretaria de Direitos Humanos no Estado, esclareceu que os ofícios serão feitos e encaminhados, e pediu para o Conselheiro Sergio, do GRUMIM, para esclarecer sobre um documento a ser encaminhado a concessionária. O Conselheiro Sergio resumiu, apresentando uma minuta, e falou que em Araponga discutimos o saneamento básico, que deve ser tratado de forma diferenciada. “Em 2001 foi firmado um contato com essas usinas nucleares que estão nessa região nesse paraíso.



A concessionária tem varias contrapartidas a resolver: como o saneamento básico e a segurança dos moradores. As usinas tem que apresentar um programa, um plano de evacuação dos moradores”, emendou. A Conselheira Rosangela da FUNAI, disse que o TAC que o Sergio esta se referindo é de Angra Três. “Eles alegam que as aldeias estão fora da jurisdição, e que as aldeias estão fora, e temos que desconstruir essa visão,” concluiu. Os indígenas tem o direito de estabelecer em qualquer território: Vejamos a matéria Do G1 Sul do Rio e Costa Verde, 30/05/2016, em que a mesma erradamente fala em invasão:

“Índios da tribo Pataxó invadiram um terreno às margens da BR-101 (Rodovia Rio-Santos), na Costa Verde do Rio de Janeiro. Com objetivo de criar uma nova aldeia, eles estão a aproximadamente 30 km do trevo de Paraty. "Eu sinto que esse local já é uma aldeia. Já ocupamos e pretendemos ficar aqui até o fim, mantendo a cultura, para não deixar morrer", disse o líder Kauian Pataxó. A tribo vive na região há 11 anos. O grupo era da Bahia e estava morando em casas alugadas no Parque Mambucaba, em Angra dos Reis. Eles decidiram ocupar a área depois de várias tentativas de negociação sem sucesso com o governo. "Fomos até o Ministério Público para estar negociando. Eles falaram assim: 'Vamos tentar conseguir uma área para vocês'. Encontramos com o defensor também, fizemos documento para conseguir uma área. Desse documento para cá já tem dois anos e não obtemos resposta nenhuma", disse o cacique Hãgüi Pataxó. Há uma semana, o Ministério Público Federal se

reuniu com representantes da etnia pataxó para tratar da situação deles. Em 2015, foi instaurado um inquérito civil público. Os procuradores da república fizeram um pedido de demarcação de terras à Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília. Também foram feitos pedidos a outros órgãos dos governos federal e estadual. "Essa área que escolhemos para o nosso povo. Tem rio, tem água boa, tem a floresta, a nação nativa. Isso é o que importa para o nosso povo, um lugar em que a gente possa estar levando a nossas crianças para a escola. Nossos idosos, aqui tem muito idosos hipertensos, que possam ter fácil acesso ao médico", afirmou o líder Apohinã Pataxó. Procurada pela produção do RJTV, a assessoria de imprensa da prefeitura de Paraty disse que a área invadida é uma propriedade particular. Por isso, o proprietário é responsável pela reintegração de posse do imóvel. A Funai informou que respeita o direito dos índios e está acompanhando o caso. Também afirmou que os índios pataxós não são da Costa Verde, mas mesmo assim será feito um estudo antropológico para identificar a possibilidade de conseguir um espaço para eles na região, mas disse que não seria possível estabelecer um prazo".



Fotos: Reinaldo Cunha

A respeito da Educação Indígena: O cacique pataxó Leonardo, argumentou que a Aldeia Iriri, não conta com uma escola formal na Aldeia. "Muitas vezes o Branco não entende como é a educação indígena. Outro dia tivemos que mandar um jovem para a Bahia, e a escola tradicional não entende que em determinadas datas, os jovens tem que participar na nossa pajelança na Bahia. E a escola não quis aceitar o afastamento do jovem. A escola deve acompanhar o calendário da aldeia. Na Bahia é assim. Aqui não, e eu não sei se as outras aldeias daqui, tem algum calendário. Eu quero que tenhamos uma escola aqui para andar junto com o calendário da aldeia. E isso é um estudo. Ai a escola pede declaração da FUNAI, para justificar as faltas e temos outras coisas mais importante para resolver. E já mandaram Conselho Tutelar vir aqui para saber porque o aluno esta faltando a aula, e agente sofre com isso. Perguntaram se nos gostaríamos de participar da

escola de extensão guaranis, e dissemos que não. Não estamos nos desfazendo dos parentes guaranis, mas temos cultura diferente, língua diferente, a nossa cultura é pataxó. Estamos buscando a titularidade da terra, para resolver os nossos problemas. Antigamente a nossa arma era o arco e flecha, hoje é a educação. Nos precisando de material para construção de escola. Pois a mão de obra nós temos. Com a palavra a indígena pataxó Tânia, argumentou que as crianças da Aldeia estão sofrendo bullings na escola e não podem ir pintado. “Meu sobrinho levou um soco no rosto e não pode fazer nada. Em reunião na escola com Conselho Tutelar eles disseram que tem que resolver com a FUNAI. Por isso queremos uma escola diferenciada para proteger nossos filhos. Ou vamos ver nossos filhos serem mortos... Quando agente procurava a FUNAI, eles diziam que agente está na cidade e não pode fazer nada. Agora estamos aqui na aldeia e eles não fazem nada”, resumiu. O cacique Leonardo, disse que o próprio Conselho Tutelar falou para as crianças não irem pintado para escola para não sofrer bullings. “Agora, o próprio Conselho Tutelar fala isso para agente. Para mim, ele é uma pessoa preconceituosa ao dizer isso. Nós não temos que ter vergonha das nossas pinturas, pois faz parte da nossa cultura. Agora, a criança que bateu no aluno indígena, já tinha batido em outras três crianças, e o conselho Tutelar não deixou que o Diretor tirasse o aluno da escola, ou seja: Tirou a própria autoridade do Diretor” sintetizou. A representante da FUNAI, a Sra, Rosangela disse que isso não é assunto da FUNAI, mas de Direitos Humanos, A Conselheira Marize Vieira, disse que não existe escola diferenciada lá fora e nunca vai existir. “Porque a “Educação Diferenciada” é algo pensado para a Aldeia. Enquanto não houver uma escola na aldeia, isso não vai acontecer. A escola lá fora ela é padronizada e todos os alunos tem que se adaptar a lógica da escola. Como professora eu também já sofri bulling na escola... pois as crianças acenavam na boca quando eu passava. Mas agente resolveu isso discutindo com os alunos. E não adianta outra solução, pois só com o dialogo é que vamos resolver. Além disso temos a Lei 11.645/08 que garante o ensino da temática indígena nas escolas não é contemplada como deveria por falta de investimento e capacitação de professores. Porque os gestores não priorizam investimento para trabalhar a temática indígena. As escolas que trabalham a temática indígena é articulada por quem é indígena. Você só

acaba com o preconceito trabalhando a temática indígena. Outra coisa, a Sala de Extensão não serve como Escola?” questionou. No se entender, os povos indígenas devem lutar para ter suas escola nas aldeias. “Só temos uma Diretora para cuidar dos problemas de todas as aldeias da região. Infelizmente o estado é racista para o trato da educação indígena” concluiu. Segundo Marize Vieira, o estado intencionalmente estratifica, silenciando, transformando todos os povos em indivíduos iguais, “O que não é”, afirma. Segundo Fabio Hayapo Pataxó, a Escola Pataxó foi for feito um mutirão e reforma, estando em condições de funcionamento. Estão aguardando a prefeitura designar professor. Enquanto não vem, “nossos mais velhos ensinam os mais novos através d oralidade e/ou através da nossa pintura, artesanato, cantos e danças ancestrais”, relatou. A reunião acabou com o coral pataxó, cantando e dançando musicas da cultura pataxó, em agradecimento a presença dos guerreiros nesse novo território. Finalizando Leandro disse: “O que nos trouxe aqui, o que nos move, são nossos encantados. E hora que eles nos “preconizar”, vamos embora, pois somos livres”, confidenciou.



Foto: Reinaldo Cunha

**Análise Conclusiva:** A Educação Escolar Indígena no Estado do Rio de Janeiro, nesse ano que se inicia em 2021, em plena pandemia, do COVID 19, criou uma série de obstáculos não só aos estudantes indígenas, em Contexto Urbano como em Aldeamento. A começar pela impossibilidade da ida dos Conselheiros do Cedind as aldeias, Atualmente as reuniões tem sido online o que dificulta o contato direto com a comuna. Mas independente disso, tivemos a oportunidade de visitar as aldeias em Contexto de Aldeamentos e levantar as demandas comuns dos gargalos, interação, troca de saberes e reciprocidade. Com relação ao Estado, percebemos que falta uma aproximação maior da Secretaria de Educação com os Conselhos Instituídos: Seja o CEDIND e/ou CIEE. No Dossiê do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro, (2019), foram apontadas as seguintes prioridades: “1- Efetivar o Regime de Colaboração, construindo um Plano de Ação conjunto com Municípios de Maricá, Angra dos Reis e Parati, mediado pelo CEEEI-RJ, previsto na Constituição e na LDB; 2- Criar a Categoria “Professor Indígena” no Sistema Estadual de Ensino; 3- Convocar Concurso Público pra Professor Indígena pro CIEGKKR - Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda; 4- Convocar Eleição Direta pra Diretor do CIEGKKR, com a participação de professor indígena na gestão; 5- Contratar professores do 1º Segmento, pois: a) Falta prof. na Aldeia Araponga; b) Falta prof. na Aldeia Iri (Pataxó) em Parati. 6- Contratar 07 professores do 2o Segmento, pois: a) Falta professor de História na Aldeia Sapukai (Angra dos Reis); b) Faltam professores de Matemática, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Guarani, Educação Física e Artes na Aldeia Itaxi (Parati). 7- Implantar o Ensino Médio regular no Colégio Indígena; (com a construção de 3 salas de aula: uma para o Ensino Médio e 2 para o Fundamental) 8- Repor as aulas perdidas por falta de contratação de professores no calendário letivo do CIEGKKR para a necessária regularização dos anos letivos anteriores; 09- Implementar obras de infra-estrutura nas Escolas, pois faltam salas de aula em: Sapukai (Angra dos Reis), Itaxi (Parati) e Iri (Parati). As salas de aula do Fundamental na Aldeia Sapukai são em espaços comunitários improvisados e sem condições mínimas de trabalho, sujeitas à interdição por qualquer fiscalização; não há prédio na Aldeia Iri; (Não há sala para o Ensino Médio, que vem sendo no CEAV a um custo de transporte mensal muito alto.) 10-

Incluir ações de Educação Escolar Indígena no PAR da SEEDUC-RJ em diálogo com o CEEEI-RJ, garantindo maior transparência na aplicação dos recursos pra Educação Escolar Indígena; 11- Adquirir Material Escolar para todas as unidades; 12- Programar funcionamento da Secretaria na sede do Colégio Indígena na Aldeia Sapukai; 13- Reativar Sala de Informática no Sapukai e Parati Mirim; 14- Manutenção/Aquisição de equipamentos escolares para regularização da merenda Escolar. (“Faltam freezers e geladeiras”). dentre outros. A Comissão de Educação e Cultura do CEDIND, vem se esforçando para identificar os problemas e tem estabelecido um cronograma de reuniões, para uma agenda com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Secretario de Educação: Essa contribuições objetos de reuniões da comissão que esta sendo construído um documento, foram apresentadas sugestões, e prioridades a serem encaminhadas ao Cedind as instituições como prioridade: “O Concurso Publico para Educação Escolar Indígena de Ensino Fundamental e Médio; Ensino Bilíngüe, levando em consideração o reforço a língua indígenas, Ainda como contribuição, o professor do Museu Nacional UFRJ, Dr. Nicolas Alexandria, contribuiu ao relatório que esta sendo produzido pela Comissão de Educação e Cultura, com as seguintes sugestões: .a) Planejamento de uma agenda de trabalho para definição de estratégias de mobilização das comunidades indígenas do estado do Rio de Janeiro para, a partir do seu protagonismo e interesses, garantir o seu direito constitucional à diversidade lingüística, dando o suporte devido à iniciação dos processos de co-oficialização das línguas indígenas, num primeiro movimento, da língua Guarani Mbya, nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá, através da identificação e montagem de equipes locais; articulação com colaboradores externos; preparação do campo em cada aldeia nesses referidos municípios; .b) Mobilização social das comunidades falantes do Guarani Mbya, como língua materna, no Rio de Janeiro a partir da realização de encontros regionais, seminários temáticos, coleta de depoimentos com os falantes nativos, reunindo dados das aldeias em Angra dos Reis, Parati e Maricá, de modo a constituir um diálogo para salvaguarda das línguas indígenas com as instituições locais de base indígena; .c) Realização de pesquisa de campo e pesquisa documental por meio virtual sobre as línguas indígenas faladas no Rio de Janeiro. Em cada local, a pesquisa de campo será precedida por

encontros/rodas de conversa virtuais, com falantes nativos, visando à mobilização social da comunidade indígena, detentora de uma língua indígena, como língua materna, e o levantamento de dados que irá embasar a elaboração do dossiê sobre a situação lingüística das línguas indígenas no estado do Rio de Janeiro; .d) Elaboração da Documentação para instrução dos processos de co-oficialização da língua Guarani Mbya junto aos poderes públicos dos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá como forma de promover e incentivar a consolidação de políticas lingüísticas, no estado do Rio de Janeiro, vinculadas à cultura, à educação e ao favorecimento da diversidade lingüística; .e) Elaboração de um documento técnico/relatório sobre as ações culturais promovidas pelas comunidades das aldeias indígenas nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá de modo a dar a conhecer o calendário das festividades e a produção cultural indígena, que permitam colocar em relevo características específicas das manifestações culturais indígenas a partir da descrição detalhada de cada uma delas”. Ainda como vimos, o desafio maior é a capacitação de indígenas, para que possam atuar das próprias aldeias, já que são falantes bilíngües. Como ainda não se instituiu o concurso publico, o ideal é que se contrate o professor indígena para inicio das aulas imediatas. Em 2019, conforme constatado pela Coordenadora de Educação Marize Viera, não houveram aulas de português e matemática e não foram repostas, o que considera um absurdo. O Ano de 2020 foi totalmente prejudicado com a pandemia, o que vem acarretando forte prejuízo aos indígenas. No presente a Comissão de Educação e Cultura, fez três reuniões com o Secretario da SEEDUC, Comte Bittencourt e sua equipe responsável pela educação escolar. Em uma live do Governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro Claudio Castro em 14/01/21, o governador falou que visitara as Aldeias de Marica , Paraty e Angra dos Reis. Onde dará prioridade “Conexão de Internet”, A contratação de professores; envio de material pedagógico etc. É aquele velho ditado: “vamos ver pra crer”. Os desafios são enormes e os problemas são muitos. Esperamos que saiam do discurso para a prática. Como disse o Cacique Domingos Benite, na reunião na Aldeia Araponga (2019) já falecido, de Covid 19: “Antigamente andávamos pela floresta, no caminho da onça, por esse mato a dentro e não acontecia nada. Hoje em dia se formos fazer isso, Juruá vai dar tiro na gente” reclamou,

“Não podemos mais caminhar, pois tudo tem cerca, infelizmente”. Com relação ao ambiente escolar ocidentalizado que impõem uma disciplina a margem da comuna, os Conselheiros são unânimes em repudiar essa escola. Pois a escola na pratica ela já existe, ela está Lá, de braços abertos com sua arte, artesanato, língua, cosmologia e saber popular. Com o surgimento das redes sociais, o contato entre parentes e/ou não, aproximou-se muito. É possível a troca de experiência e intercambio cultural. Os jovens guaranis como disse o pajé cacique Algustinho da Silva, tem que sair da aldeia para as grandes cidades e isso é ruim. Mesmo pensamento tem o Leonardo, cacique Pataxó. A grande demanda é reforçar com infraestrutura inclusive com estadia para professores indígenas e não indígenas. Se bem que é pedir muito ao Estado. No presente estando as salas de extensão funcionando ou não, a cultura local é muito forte e transcende nossos portões civilizatórios. Em reunião em Araponga, o jovem Alexandre que se prepara para fazer o Enem disse que estudar em escola de Juruá é muito difícil, pois eles não entendem o que é ser indígena. Marize Vieira, disse em reunião com os Pataxós que ela como professora ainda em atividade, com mais de 30 anos de magistério, também sofreu “billings” mas que isso foi superado na sua escola em Duque de Caxias, com trabalho sistemático com as crianças. Na Feuduc Duque de Caxias construíram uma Oca, é tocaram fogo. Eu tive a oportunidade de conhecer e ter aula de Ciências Sociais e Religião com o professor Albertal, que gostava da troca de conhecimento e sinergia na Oca. O grande questionamento que fica é o seguinte: A escola que queremos é ocidentalizada? Creio que não, pois o saber da onça está lá. Quando fomos visitar a Aldeia Araponga, depois do Almoço comunitário, pajé/cacique Acende Fogo falou: “Vamos acabar com essa comida ai, já esta dando 15h, é hora da onça caminhar e não devemos deixar o cheiro se espalhar pela mata para não confundir a onça” reclamou. Ai perguntei: Será que ela vai atacar o curumim, retruquei? Ele disse: “A onça conhece esse território, nos conhece. Mas Juruá está aqui e pode confundi-la, e não queremos isso, pois respeitamos a Onça e ela a nós”, resmungou. E continuou: Aqui próximo, tinha um caçador que saia todo dia para caçar onça e o dia dele chegou. Quando ele mirou na Onça, a arma falhou...e a onça atacou. Na mata existem mistérios, encantos, e respeitamos o seu espaço, por isso não saímos por ai para não mexer com

a onça”, retrucou. A luta dos indígenas continuam, seja na escola ou na academia do branco. Soa muitos os desafios...demandas... em um “Rio Carioca” ocidentalizado, mas o resgate da nossa língua, os desafios não cessaram estão ai para ser descolonizado, Rio 15 de janeiro, DC.



Foto: Reinaldo Cunha – Desenho Ana Clara Paz Araújo

## Referências Bibliográficas:

Aldeia Vertical: jornal Extra. 11/08/14; Cunha, Reinaldo de Jesus.  
[https://www.youtube.com/watch?v=G\\_3axjIPaIE&t=742s](https://www.youtube.com/watch?v=G_3axjIPaIE&t=742s)

Aldeia de Bracuhy – Angra dos Reis X Ordinária Cedind 1 Parte  
[https://www.youtube.com/watch?v=vNOpsdiw\\_d8&t=16s](https://www.youtube.com/watch?v=vNOpsdiw_d8&t=16s)

Aldeia Pataxó Lirir – Paraty Parte 2 [https://www.youtube.com/watch?v=nZqVp\\_x5gXs](https://www.youtube.com/watch?v=nZqVp_x5gXs)

ATAS DO CEDIND /Conselho Estadual dos Direitos Indígena RJ  
[https://www.aula.org.br/atas/Atas\\_Assembleias\\_Cedind.htm](https://www.aula.org.br/atas/Atas_Assembleias_Cedind.htm); Cunha, Reinaldo de Jesus.

Assembléia do CEDIND na Aldeia Ará Hovy - Maricá RJ - 25/10/ 2019

<https://www.youtube.com/watch?v=K2jMBV1N18w&t=3141s>

A Ética da Filosofia Kemética em Maat, e Intercessão da Cosmologia indígena de Xapiri na Aldeia Maracanã; Cunha, Reinaldo de Jesus.  
<https://www.aula.org.br/Editorias2019/Jornal-AULA/XAPIRI.pdf>

Ancestralidade Degenerada Em Lixo Urbano Y Aldeia Maracanã  
<https://www.aula.org.br/Editorias2019/especial/02.htm>; Cunha, Reinaldo de Jesus.

Aldeia Mata Verde Bonita - Maricá RJ - Abril 2019-;

[https://www.youtube.com/watch?v=G\\_3axjIPaIE&t=742s](https://www.youtube.com/watch?v=G_3axjIPaIE&t=742s)

Bergamaschi, Maria Aparecida. **Educação Escolar Indígena:** um modo próprio de recriar a escola nas aldeias guarani. Caderno Cedes, Campinas, vol.27, p. 197-213, maio/agosto 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10 de out. 2016.

Bergamaschi, Maria Aparecida. **Nembo'e: educação escolar nas aldeias guarani.** Revista Educação: Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 109-132, jan./abr. 2007b Disponível:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/542/378>. Acesso em 10 de dez. 2016.

Benites, Sandra. **Nhe'e, reko porã: nhemboea oexakare.** Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola. Monografia de conclusão de curso. UFSC, Florianópolis, 2015.

Borges, Paulo Humberto do Porto. **Ymã Y:** ano de mil e quinhentos. Dissertação de Mestrado. Unicamp; Campinas, SP, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252558>

Cedind- Solenidade de Posse de Conselheiros (2018)  
<https://www.aula.org.br/Editorias2018/Jornal-AULA/Jornal-2018-002.htm>

Cacique/Pajé Ancende Fogo =Algustinho da Slva <https://www.youtube.com/watch?v=F-KkV0rnM-k&t=480s>

Dossieê: A Educação Escolar Indígena no Rio de Janeiro  
[http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1347392/Dossie\\_Educacao\\_Escolar\\_Indigena\\_RJ.pdf](http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1347392/Dossie_Educacao_Escolar_Indigena_RJ.pdf)

Dizer que vai fiscalizar o “Lixo da Aldeia Maracanã... Cunha, Reinaldo de Jesus;  
<https://www.aula.org.br/Editorias2019/Jornal-AULA/Jornal-2019-001.htm>

Despertar o Índio Dentro de Nós e Resignificar nossa vidas;  
<https://www.aula.org.br/Editorias2018/Jornal-AULA/Jornal-2018-004.htm>  
[https://www.aula.org.br/atas/Atas\\_Assembleias\\_Cedind.htm](https://www.aula.org.br/atas/Atas_Assembleias_Cedind.htm) Povos originários do Brasil;  
Cunha, Reinaldo de Jesus.  
<https://www.aula.org.br/Editorias2018/especial/01.htm>

Festival da Articulação de Agroecologia AARJ/Metropolitana –Fundição Progresso - Cunha, Reinaldo de Jesus. <https://www.youtube.com/watch?v=YTXobNERLFQ>

Ipa Theã One: Flecha para o coração da sociedade não indígena. KOPENAWA – Fora do Lugar de Fala? Cunha, Reinaldo de Jesus.  
<https://www.aula.org.br/Editorias2019/Materias-Reinaldo/Texto-reinaldo-.pdf>

Ludmila Moreira Lima/Representante da ABA no CEDIND-RJ;  
<https://www.aula.org.br/Editorias2019/Jornal-AULA/Relatorio-ABA-CEDIND.pdf>

Minha Casa Minha Vida; <https://extra.globo.com/noticias/rio/aldeia-vertical-indios-tentam-se-adaptar-realidade-da-vida-em-condominio-no-minha-casa-minha-vida-13556705.html>

Não Sou Índio Sou Guarani & A Luta Natural Contra o Estado;  
<https://www.aula.org.br/Editorias2019/Materias-Reinaldo/Texto-reinaldo-29102019.pdf> - Cunha, Reinaldo de Jesus

Não Sou Índio Sou Guarani; Cunha, Reinaldo de Jesus  
<https://www.aula.org.br/Editorias2020/Noticias/Nao-Sou-Indio-Sou-Guarani-Povos-Indigenas.pdf>

NOBRE, Domingos. **Escola Indígena Guarani Mbya:** resistência e subordinação. Disponível em: [www.anped.org.br/site/default/files/gt02-2227pdf](http://www.anped.org.br/site/default/files/gt02-2227pdf). Acesso em 22 ago. 2016

NOBRE, Domingos. Infância Indígena Guarani Mbya. In: VASCONCELOS, Vera & SARMENTO, Manoel (org.). **Infâncias (In) Visíveis**, São Paulo: Junqueira & Marin, 2014.

Plurilinguismo e Política de Línguas - Tania C. Clemente de Souza - Junho 2019

[https://www.youtube.com/watch?v=y3K-aw\\_cZ\\_k&t=367s](https://www.youtube.com/watch?v=y3K-aw_cZ_k&t=367s)

(Site/povos indígenas do Brasil, 2017)

[https://www.indios.org.br/en/Not%C3%ADcias?id=180891&id\\_pov=76](https://www.indios.org.br/en/Not%C3%ADcias?id=180891&id_pov=76)

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 1988

VIII Reunião Ordinária do Cedind Rio Pequeno Parte 2  
[/https://www.youtube.com/watch?v=-h5t39-Ea1U&t=69s](https://www.youtube.com/watch?v=-h5t39-Ea1U&t=69s)

Vivemos Momento Singular: Cunha, Reinaldo de Jesus.  
<https://www.aula.org.br/Editorias2018/Novembro/01.htm>